ELO ASSOCIATIVO

CPCCRD • PT

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Fundada em 31 de Maio de 1924

N.º 61
ABRIL 2021

CAPACITAÇÃO POISE

INÍCIO DA 3.ª FASE

pág. 5

CONSELHO NACIONAL

27 de Março de 2021

pág. 6

COMEMORÁMOS OS 45 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

pág. 7

NESTE NÚMERO PODE LER

- **Manual de Retoma Associativa pós Covid-19** *pág. 8 a 10*
- **Bento de Jesus Caraça e o Associativismo Popular** por Rui Namorado Rosa *pág. 31 a 34*

COMEMORAÇÕES DOS 120 ANOS DO NASCIMENTO DE BENTO DE JESUS CARAÇA

pág. 30

APESAR DE TUDO, A TERRA CONTINUA A RODAR... E NÓS A TRABALHAR!

EDITORIAL

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direção

Aproximou-se o final do ano 2020 e realizámos o Conselho Nacional a 12 de Dezembro onde a Direcção prestou contas da actividade durante o ano 2020, fez a previsão de encerramento da 2ª Fase da Capacitação em 28 de Fevereiro de 2021 e aprovou o Plano de Actividades e Orçamento para 2021. Participámos em várias Assembleias Gerais de entidades onde temos responsabilidades ou somos associados, tais como o COP, CDP, CPV e CPES.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, desenvolveram-se intensas actividades de Capacitação e de intervenção junto da comunicação social local e regional por todo o país.

No dia 1 de Março deu-se inicio à 3ª Fase da Capacitação/POISE com uma reunião conjunta da Mesa do Congresso, Conselho Fiscal e Direcção. Comemorámos o 8 de Março – Dia Intarnacional da Mulher com uma Conferência zoom onde participaram cerca de 50 pessoas.

Em Abril, que ainda decorre, comemorámos os 45 anos da promulgação e publicação da Constituiçãpo da República (1976), os 120 anos do nascimento de Bento de Jesus Caraça, o cientista e democrata que difundiu a cultura como uma necessidade de cada indivíduo e reconheceu que as colectividades eram as Universidades Populares.

Preparámos candidaturas ao IPDJ sobre Desporto para Todos e ao Ministério da Cultura sobre Coros de Portugal – Festival, cantar em Liberdade.

Interviemos no CES, onde contribuimos para que a Economia Social e o Associativismo Popular fossem reconhecidos como essenciais para a estratégia nacional apontada pelas Grandes Opções do Plano 2021/2023.

Preparámos o Manual de Retoma Associativa pós Covid-19 que irá ser essencial para dar confiança e ânimo aos colegas Dirigentes Associativos em todo o país, numa campanha de solidariedade interassociativa sem precedentes.

A pandemia Covid-19 ainda anda por aí. Cada um de nós deve tudo fazer para se proteger e proteger os outros. Ao Estado cabe criar as condições para através de rastreios, testagem e vacinação controlar a epidemia. Para isso é essencial reforçar os meios humanos, logísticos e financeiros do SNS.

Complementarmente, é preciso ter medidas adquadas e sensatas para retomarmos as actividades associativas com gradualidade, segurança e confiança.

Estamos preparados para a retoma!
Portugal precisa das Colectividades!

Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

AS MULHERES NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Tem sido muito penoso o percurso das mulheres na sociedade.

Revendo a vida das mulheres, na minha aldeia natal, estou a vê-las, quando era criança, a fazer toda a "lide" da casa, as refeições para os seus, sobretudo, para o marido que trabalhava na pedreira, onde levavam o almoço, nesse tempo, chamado jantar, e para a ranchada de filhos.

Tratava também da horta, onde colhia legumes, leguminosas e frutos das escassas árvores, criava algumas aves que lhes davam carne e ovos para enriquecer a dieta alimentar. Tinham de tratar do arranjo da casa e chegavam à cama, exaustas, já tarde, para tentar recuperar da azáfama do penoso dia.

Dizia-se que as mulheres não trabalhavam...

Só saíam de casa para ir à missa, fazer compras na "venda", ir ao lavadouro do lugar buscar água em "canecos" e lavar as roupas de toda a família. Quanto aos filhos, mandavam-nos para a escola e para a "doutrina" e, nos tempos livres, iam para o "souto", espaço para jogos e brincadeiras. Felizmente, ao contrário do que hoje acontece, andavam à vontade na rua, regressando ao fim do dia a casa, pois não havia os perigos que hoje povoam as localidades.

Lá no lugar, havia o "grupo" nome dado a uma associação musical, da qual não podiam ser associadas e a quem era quase sempre vedado o acesso à suas atividades.

Para além disso, a maioria delas não podia votar nas diferentes eleições.

Felizmente, muita coisa mudou, mas os lugares de direção das instituições não eram para elas, porque "a mulher era para estar em casa".

Agora, já vemos, embora em percentagem reduzida, mulheres a darem a sua contribuição nas associações, apenas para preparar merendas para as festas da coletividade e para embelezar os espaços festivos. E por aqui se ficavam.

Não basta evocar o "dia da mulher", tecer loas à sua condição dita igualitária, é preciso abrir as portas à sua participação ativa e em condições de igualdade a todas as mulheres, na vida coletiva.

Não basta dizer que elas têm o sexto sentido, mas os homens ainda hoje não aproveitam as suas qualidades e a sua inesgotável capacidade de trabalho e de dedicação.

Neste fórum que é o Elo Associativo, lanço o desafio a todas os militantes, ativistas e dirigentes a olharem para o lado e darem as mãos às suas companheiras, que, nos tempos da minha infância eram apodadas pelos seus "homens" como as "patroas".

Todos temos a lucrar com essa urgente mudança de mentalidade e de comportamento.

Parafraseando um velho slogan, faço o desafio seguinte:

- Mulheres ao poder, já!

Todos temos a lucrar com a efetiva parceria da mulher com o homem, em absolutas condições de igualdade.

Vamos a isso?

Rosa Baptista, Profª.
Presidente do Conselho Fiscal

O SONHO COMANDA A VIDA

O Associativismo, tal como muitos sectores da nossa Sociedade, atravessa um período bastante difícil e sem grandes perspectivas de um futuro próximo auspicioso.

Precisamos de sonhar, e os sonhos até poderão ser grandes o suficiente para que as pessoas se sintam motivadas e empenhadas para alcançá-los. Tal como Gandhi afirmou uma vez "se encontrarmos o objectivo, os meios para o alcançar surgirão".

Temos de agir rapidamente para salvar o Movimento Associativo de se afundar de forma abrupta e irreparável.

Vivemos tempos de mudança onde a falta de contactos directos e afectos nos afastam dos "nossos".

Precisamos de fazer parte desta mudança e não um problema. Há que alterar um pouco a rota de navegação, para continuar à tona de água.

Dirigir o associativismo é um ato voluntário e ser voluntário significa dizer que sim a um projecto social em prol da sua comunidade.

Sabemos que existem famílias em situações muito difíceis e algumas "pertencem-nos".

Nunca a palavra solidariedade fez tanto sentido e, neste momento, há que vencer barreiras e pular obstáculos para ajudar quem de nós precisa.

Sejamos proactivos e criativos, indo ao encontro de novas formas de sobreviver.

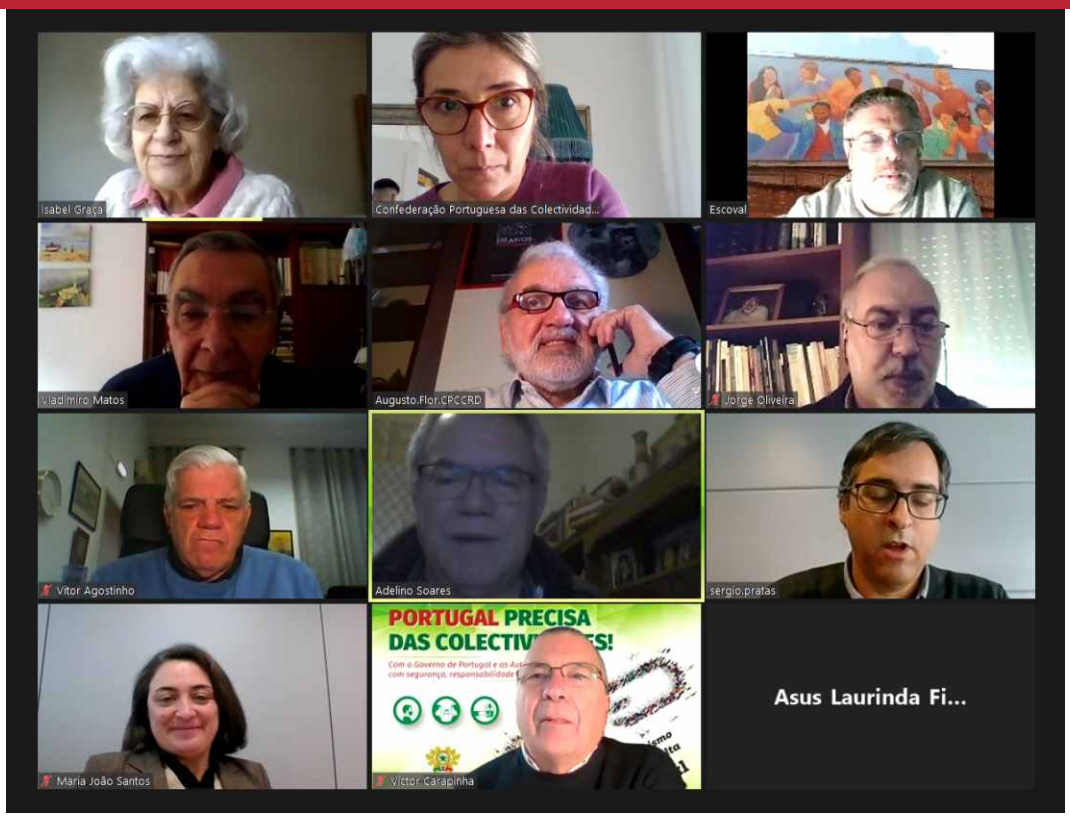
Temos de nos adaptar à nova realidade.

Prossigamos os nossos sonhos e sejamos criativos como agentes de mudança, escutando o refrão do poema Pedra Filosofal de António Gedeão e Manuel Freire.

Eles não sabem, nem sonham
Que o sonho comanda a vida
E que sempre que um homem sonha
O mundo pula e avança
Como bola colorida
Entre as mãos de uma criança
(...)

3ª FASE DA CAPACITAÇÃO / POISE

INICIA A 1 DE MARÇO E ABRANGE 450 DIRIGENTES DE TODO O PAÍS



No dia 1 de Março de 2021, teve lugar a primeira iniciativa da 3ª Fase da Capacitação. Pela sua importância, reuniram os três órgãos sociais da Confederação: Mesa do Congresso, Conselho Fiscal e Direcção.

Nesta reunião, foi avaliado o cumprimento do Programa de Acção ao fim do segundo ano do mandato, perspetivou-se o último ano e tomaram-se as primeiras decisões da 3ª Fase de Capacitação, com base na Memória Descritiva aprovada pelo POISE- Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego. Esta fase decorrerá até Setembro 2022 e tem uma verba aprovada de 700.000€. Terá 7 actividades principais com inúmeras subactividades e abrangerá cerca de 450 Dirigentes.

Cofinanciado por:
PO ISE Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Portugal 2020
União Europeia Fundo Social Europeu
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social Membros do CNES | 3.ª Fase 2021/2022

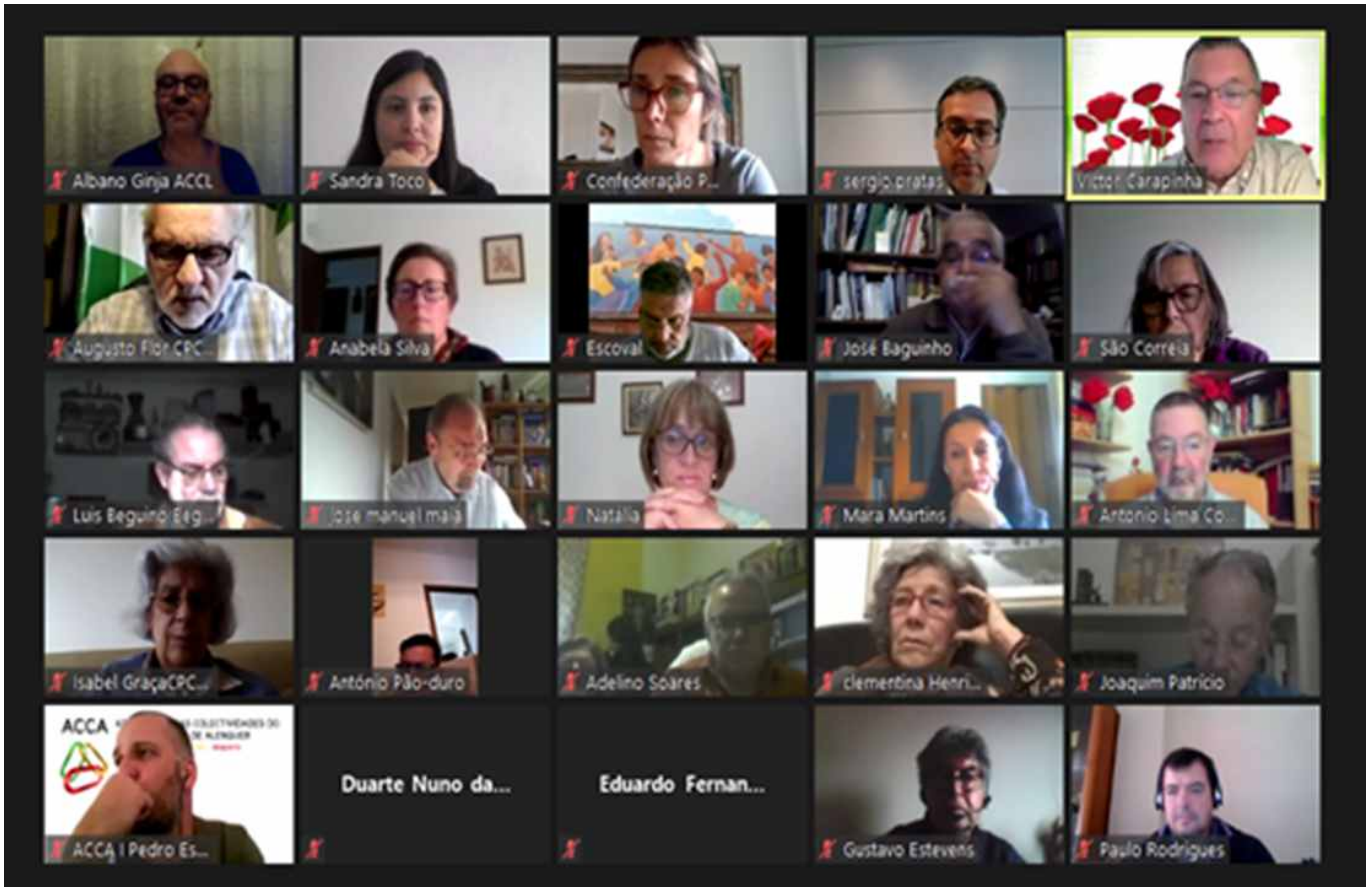
CONSELHO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO

27 de Março de 2021

No dia 27 de Março de 2021, realizou-se o Conselho Nacional da Confederação onde foi debatida a situação económica e social do nosso Movimento Associativo e os impactos da pandemia, o encerramento da 2ª Fase da Capacitação e aprovado o Relatório e Contas 2020, cumprindo-se assim os princípios estatutários.

Com ampla participação de Conselheiros e Membros das Estruturas, o Conselho Nacional realizou-se via Zoom com a presença de elementos da Direcção e da Mesa do Congresso que dirigiu os trabalhos a partir da sede nacional da Confederação em Lisboa.

COMEMORÁMOS OS 45 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA



LIBERDADE DE PENSAMENTO, DE EXPRESSÃO DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Participação de José Manuel Maia

No dia 2 de Abril, cumpriram-se 45 anos de publicação da Constituição da República Portuguesa, no regime democrático. A sessão via Zoom teve ampla participação e debate. Contou com a participação de José Manuel Maia – Deputado à Constituinte em 1976 e Dirigente Associativo em Almada e Sérgio Pratas – Vice-presidente da Confederação.

MANUAL DE RETOMA ASSOCIATIVA PÓS COVID-19

A Direcção agradece os contributos de membros dos Órgãos Sociais e das Estruturas Descentralizadas

A pandemia Covid-19 surpreendeu o Mundo.
Como Dirigentes Associativos experientes e competentes, soubemos responder ao desafio.
Apoiados pela Confederação Portuguesa das Colectividades, temos as respostas para enfrentar o futuro com determinação e confiança!

Perguntas... com respostas!

1. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Como avaliar a situação económica e financeira?

- Comparar as receitas e despesas dos anos 2018/2019 com as receitas e despesas de 2020/2021.
- Avaliar perdas sociais, culturais e desportivas comparando os números de inscritos em cada actividade (2018/2019) e os actuais e estabelecer planos de acção.

Que medidas tomar no imediato?

- Ter em dia as Declarações de não dívida às Finanças e Segurança Social (se for o caso).
- Registar-se nos termos do Regulamento de Apoios da autarquia (se for o caso).
- Ter as actas e outros documentos formais em dia como prova das decisões e actividades.
- Reivindicar junto da autarquia todos os apoios disponíveis nas suas competências próprias ou delegadas, com base em despesas efectuadas e pagas com documentação de suporte.

Que medidas de gestão para a recuperação a curto e médio prazo?

- Negociar com entidades fornecedoras de bens e serviços de forma a obter perdões, isenções ou moratórias de débitos em falta.
- Renegociar contratos de energia, seguros, comunicações, artigos de bar, bancários ou outros.
- Estabelecer protocolos de cooperação recíproca com o tecido empresarial local de pequena e média dimensão.
- Identificar e apresentar candidaturas a entidades públicas nacionais, privadas ou sociais de acordo com as áreas de actividade: IPDJ (desporto); Ministério da Cultura (cultura); Ministério da Administração Interna (Medidas de Auto Protecção Contra Incêndios); Ministério do Planeamento (construções de edifícios).
- Divulgar aos associados, população em geral e autarquias, as actividades a realizar ou realizadas de forma a valorizar o esforço dispendido dos dirigentes e colaboradores.
- Identificar as necessidades de Formação/Capacitação dos Dirigentes e promover acções em colaboração com as autarquias ou a Confederação Portuguesa das Colectividades.
- Capacitar Dirigentes no uso das novas tecnologias, particularmente das plataformas que permitem reunir à distância.

Apoio e financiamento ao Desporto e Cultura:
https://ipdj.gov.pt/apoio-e-financiamento-ao-desporto
https://www.culturacovid19.gov.pt/

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2021 (ver pontos 7 a 11)
https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/160149402/details/maximized

Ministério da Administração Interna (Auto Protecção Contra Incêndios):
https://eportugal.gov.pt/fichas-de-enquadramento/seguranca-contra-incendio-em-edificios

2. PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA

Que fazer no caso dos órgãos não terem funcionado e a gestão ter sido centralizada?

- Agradecer e reconhecer o empenhamento do(a) colega, mas retomar o trabalho colectivo de imediato, convocando uma reunião da Direcção (órgão executivo).

Que fazer para recuperar o funcionamento dos Órgãos sociais?

- Reunir os três órgãos sociais para avaliação conjunta do impacto da pandemia.
- Reunir a Direcção (órgão executivo) com regularidade mantendo informados o Conselho Fiscal e a Mesa da AG.
- Realizar uma AG logo que possível e apresentar Relatório da situação e as medidas de retoma e recuperação.
- Realizar AG para aprovar Relatórios e Contas ou Planos de Actividades e Orçamentos que tenham sido adiados.
- Convocar eleições e dinamizar o seu processo, nos casos em que tenha havido suspensão/adiamento do acto.

Que fazer no caso de não haver associados para constituir lista?

- Defenir o calendário eleitoral como previsto nos Estatutos e divulgá-lo por todos os meios dísponiveis, convidando os associados a apresentar Lista e Programa de acção.
- Garantir os cargos de Presidente dos 3 órgãos – Direcção, Conselho Fiscal e Mesa da AG.
- Com base nos associados mais conhecidos e regulares, convidar os que se mostrem mais capazes e dísponíveis.
- Recorrer aos pais e encarregados de educação de atletas ou praticantes das modalidades e actividades associativas.
- Recorrer ao Ficheiro de associados, ter em conta a antiguidade, a idade, disponibilidade, profissão e experiência e convidar os mais óbvios.

Como recuperar associados que neste período se desligaram da colectividade?

- Reunir com os técnicos (Professores, Treinadores, Maestros, etc) e com eles delinear a retoma gradual das actividades.
- Motivar os Técnicos de forma a que estes mobilizem os atletas ou praticantes das várias actividades a retomarem, transmitindo segurança e confiança.
- Desenvolver uma forte campanha de contactos pessoais com os associados promovendo a motivação para o regresso à participação.
- Mostrar a importância social da Colectividade para a interacção entre as gerações e as várias culturas da comunidade.
- Promover acções de sensibilização e recuperação de quotas atrasadas, com soluções de pagamento faseado ou perdões de dívida, mostrando a importância financeira e de solidariedade associativa.

Que iniciativas tomar externas à Colectividade?

- Contactar ou filiar-se em Federações ou Confederações para ter apoios e integrar a rede associativa nacional, reforçando assim o Associativismo.
- Sensibilizar a comunicação social local e regional na divulgação de iniciativas, demonstrando o papel social da Colectividade na comunidade.
- Em conjunto com outras Colectividades, propor ao município a criação do Conselho Municipal do Associativismo (caso não exista).
- Disponibilizar-se junto da Câmara Municipal para a elaboração do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e motivar outros Dirigentes a fazer o mesmo.

3. SAÚDE MENTAL, SINTOMAS E MEDIDAS

Como prevenir o stresse negativo?

- Manter a rotina o mais possivel semelhante à rotina anterior da pandemia.
- Manter-se informado, mas não ver em demasia os dados estatísticos da pandemia.
- Manter e diversificar os contactos físicos possíveis e seguros, digitais ou telefónicos.
- Conviver com animais e não se isolar.

Como identificar sintomas de stresse negativo?

- Perda de rendimento; Cansaço; Falta de concentração; Insónias; Ansiedade; Medo; Choro; Angústia; Incerteza; Impaciência; Irritabilidade.
- Alguns destes sintomas são naturais. Se sentir de forma permanente alguns dos sintomas descritos acima, consulte um Psicólogo.

Que fazer para reduzir o stresse negativo?

- Usar as mesmas técnicas que funcionaram bem no primeiro confinamento.
- Ler um livro; ver um filme; jogar um jogo; fazer exercício, cozinhar, fazer jardinagem.
- Reforçar as suas relações, partilhar o que sente e reforçar os seus comportamentos pró-sociais.
- Reanimar as iniciativas associativas tradicionais da colectividade tais como convívio, tertúlias transmitindo segurança e confiança.
- Promover eventos culturais e recreativos para captação de interacção e apoios sociais intergeracionais e multiculturais.
- Organizar reuniões com colectividades, associações e clubes locais para identificação de problemas comuns e procura de soluções em conjunto.

https://www.ordemdospsicologos.pt/pt

CÓDIGO DE CONDUTA E PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES

As Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, pelas suas características e funcionamento colectivo, podem ser locais de transmissão da infecção por SARS-CoV-2, quer por contacto directo e/ou indirecto.

No quadro das atribuições que lhe estão atribuídas, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), em articulação e com o aval da Direcção-Geral da Saúde (DGS), elaborou o CÓDIGO DE CONDUTA, que se dirige e visa apoiar as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

O Código de Conduta e o Plano de Contingência foram usados com êxito na retoma da 1ª vaga (Julho/Dezembro), pelo que se recomenda a sua aplicação.

A informação escrita que segue deve ser complementada com a consulta dos links disponíveis.

CÓDIGO DE CONDUTA

https://www.cpccrd.pt/wp-content/uploads/2020/11/NOTA-No-11-JUL.-2020-CODIGO-CONDUTA.pdf

PLANO DE CONTINGÊNCIA

https://www.cpccrd.pt/wp-content/uploads/2020/11/PLANO-DE-CONTIGENCIA.pdf

Direcção Geral da Saúde (DGS)

https://covid19.min-saude.pt/

DÍSTICOS PARA AFIXAR

Solicite os Dísticos obrigatórios para afixação nas instalações associativas (sem custos)

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES!

CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS ORGANIZAÇÕES
DA ECONOMIA SOCIAL
MEMBROS DO CNES 2018/2020

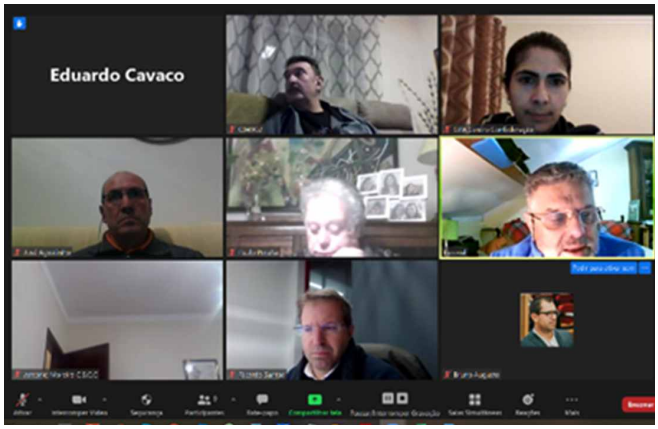
CAPACITAR INTERVIR INCLUIR DESENVOLVER

Cofinanciado por:

PO ISE PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

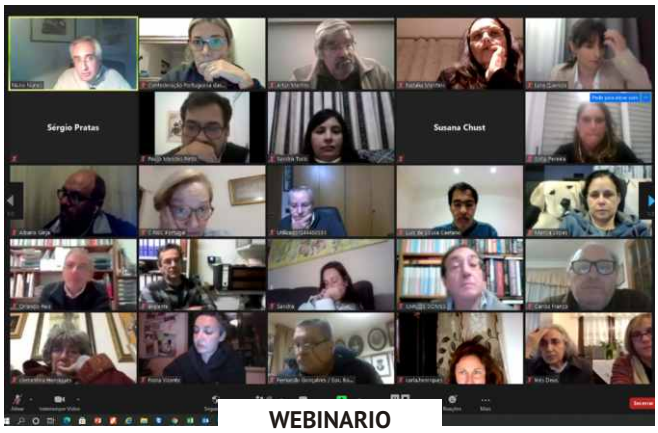
A CONFEDERAÇÃO TRABALHA EM ZOOM

GALERIA DE IMAGENS



Reunião da Comissão Permanente GPA Centro
8 janeiro 2021

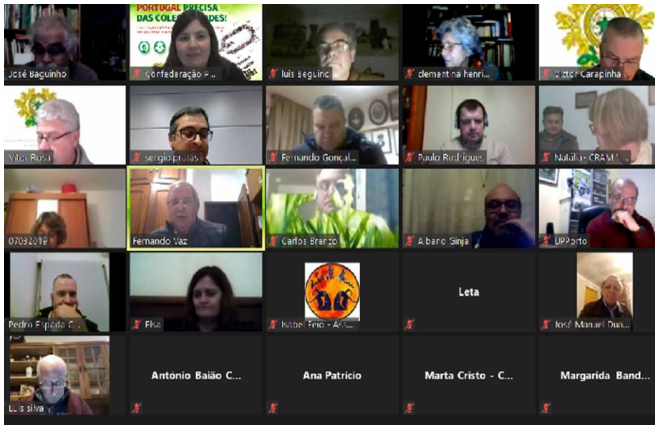
Reunião da Comissão Permanente GPA Estremadura
14 janeiro 2021



WEBINARIO
Associativismo Popular e Envelhecimento Ativo: o caso de Leiria
22 janeiro 2021

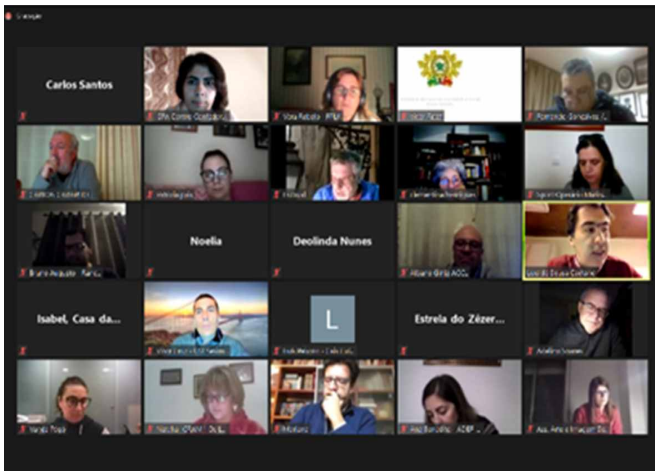
Conferência: "O Associativismo em Tempo de Pandemia"
23 janeiro 2021

Reunião Inter Gabinetes
26 janeiro 2021

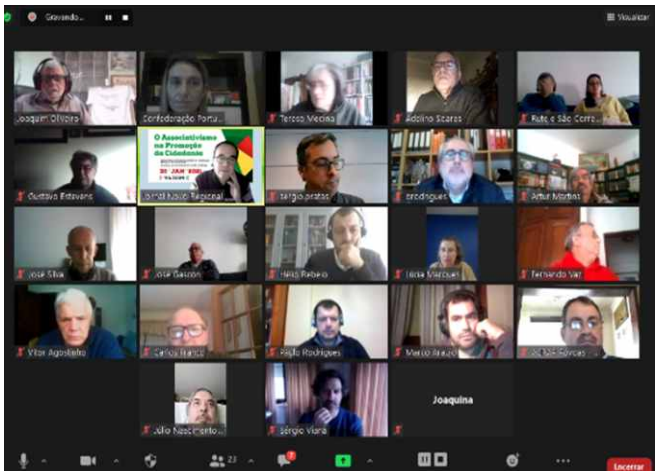


Conferência: "O Associativismo na Promoção da Cidadania "
27 janeiro 2021

GALERIA DE IMAGENS



Sessão de (In) Formação sobre candidaturas e meios de financiamento
29 janeiro 2021

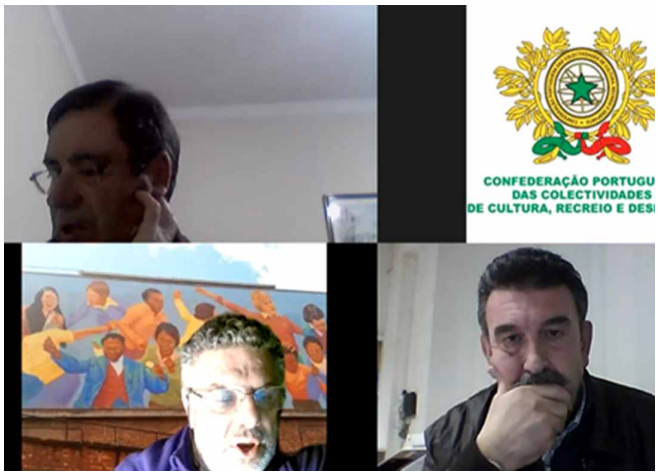


Debate
"O Movimento Associativo na Promoção da Cidadania"
30 janeiro 2021

Reunião Comissão Executiva GPA Centro
5 fevereiro 2021

Reunião da Direção e da Coordenação
8 fevereiro 2021

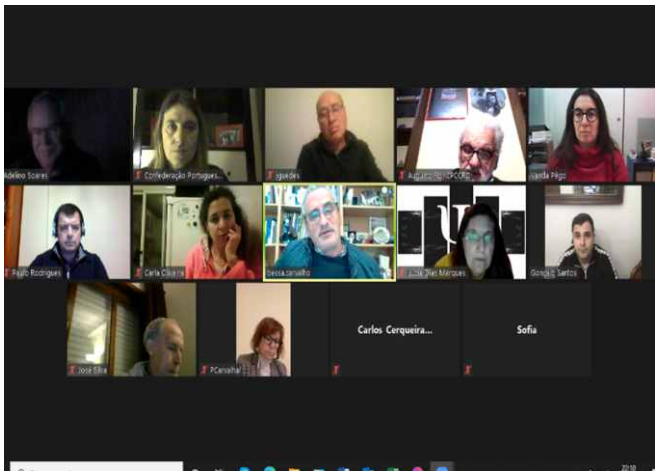
Reunião Direção Executiva
15 fevereiro 2021



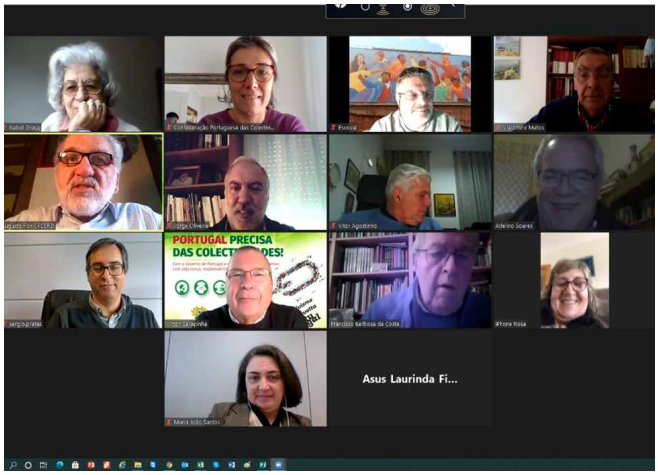
Reunião da Comissão Executiva GPA Centro
19 fevereiro 2021

GALERIA DE IMAGENS

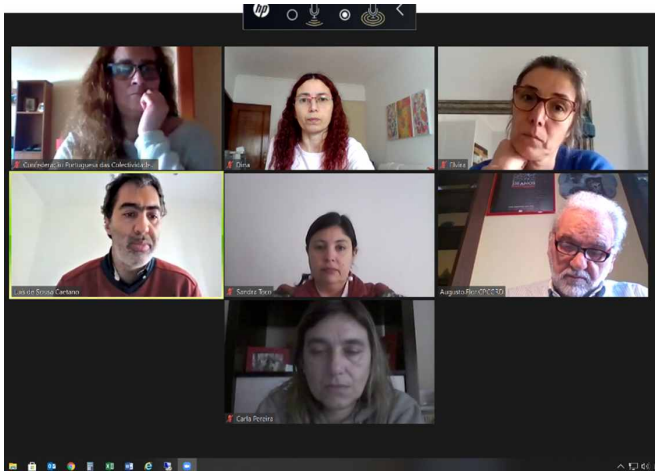
Reunião da Comissão Permanente GPA Estremadura
25 fevereiro 2021



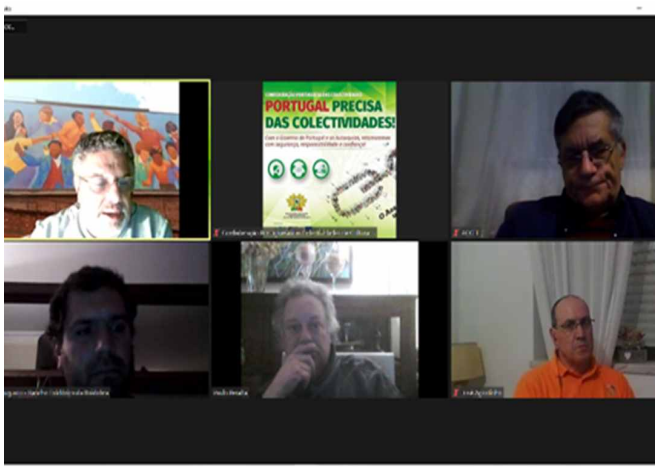
Reunião da Comissão Permanente GPA Norte
25 fevereiro 2021



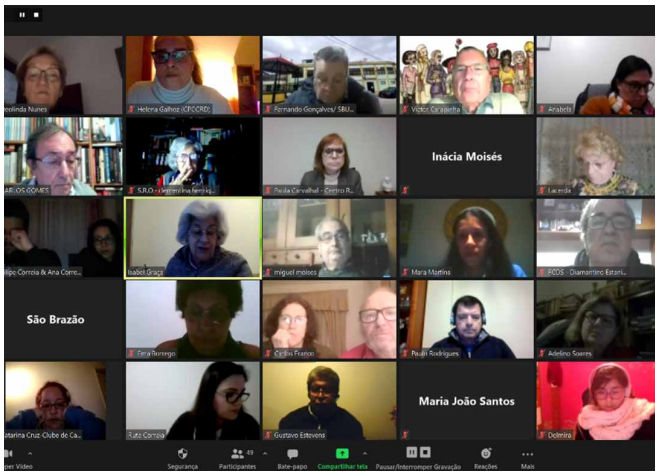
Reunião da Direção, Mesa do Congresso e Conselho Fiscal
Início III Fase – PO ISE 850
1 março 2021



Reunião Equipa
3 março 2021



Reunião da Comissão Permanente do GPA Centro
4 março 2021



DEBATE - Dia Internacional da Mulher
"Mulher Dirigente Associativa - um desafio superado!"
8 março 2021

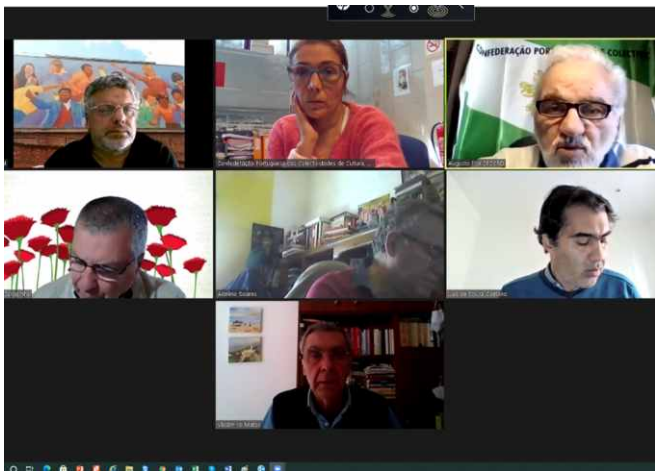
GALERIA DE IMAGENS

Tertúlia
9 março 2021

Reunião Direcção Nacional
15 março 2021

Conferência: "O Associativismo Jovem – Porquê Participar?"
15 março 2021

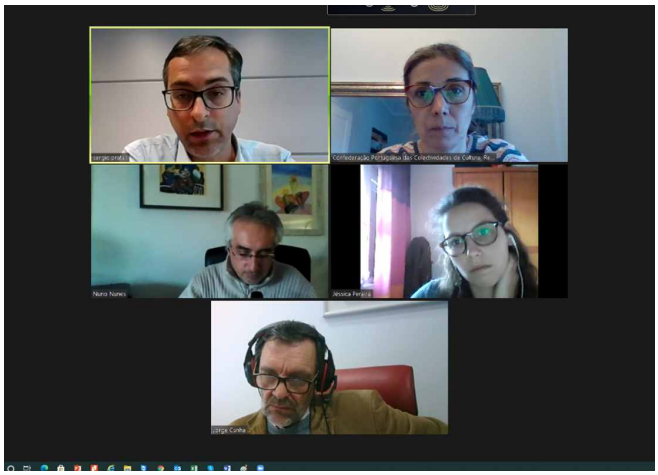
Reunião sobre Contratação Pública
16 março 2021



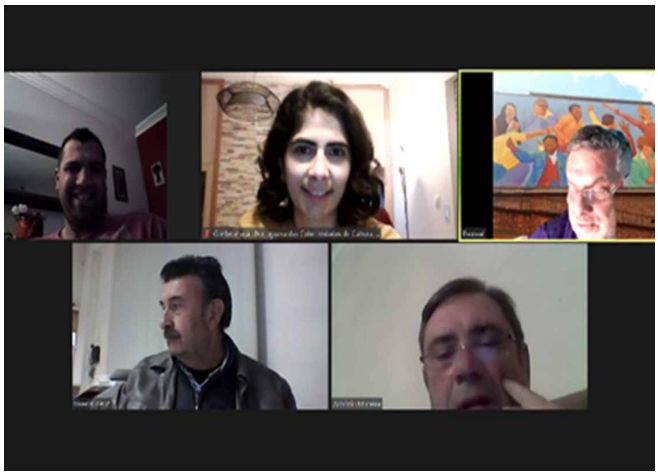
Reunião Coordenação
16 março 2021

Reunião Equipa
17 março 2021

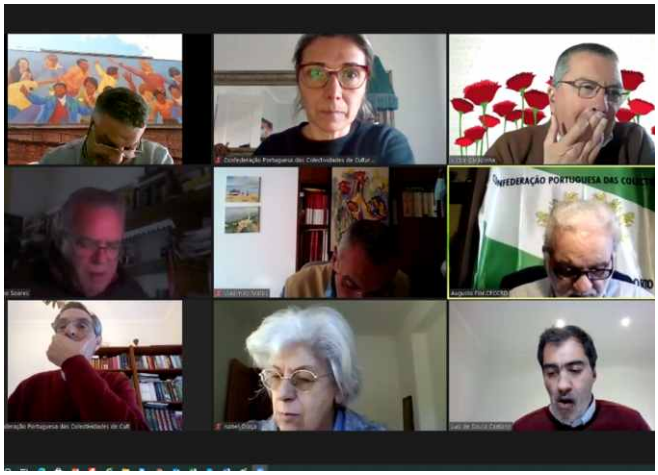
GALERIA DE IMAGENS



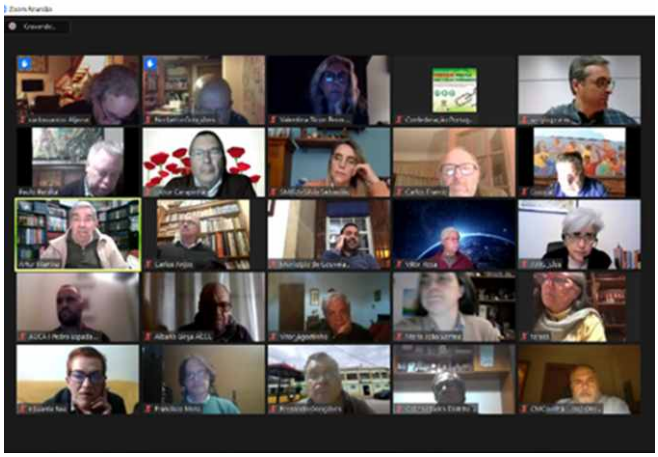
Reunião do OBAP - Observatório do Associativismo Português
18 março 2021



Reunião Comissão Executiva GPA Centro
19 março 2021

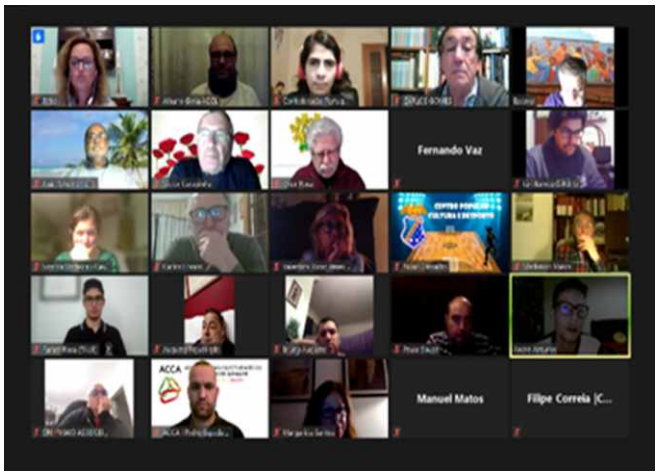


Reunião Direção Nacional
22 março 2021



Conferência/Debate "Associativismo e poder local"
26 março 2021

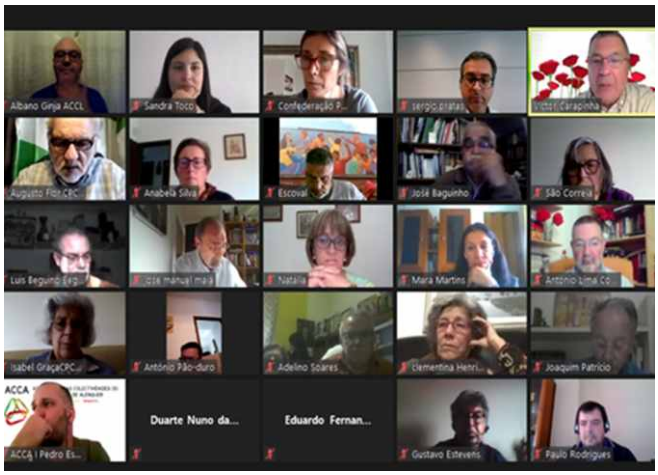
Conselho Nacional
27 março 2021



Debate "Juventude no Associativismo
29 março 2021

GALERIA DE IMAGENS

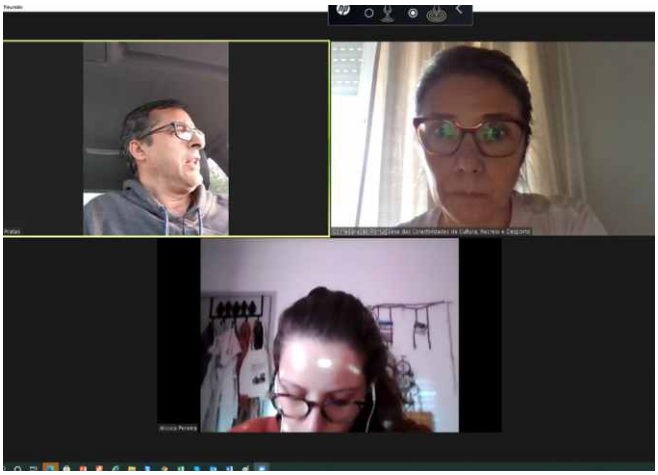
Reunião Comissão Executiva GPA Centro
1 abril 2021



Sessão sobre o 45º Aniversário da Constituição da República Portuguesa
2 abril 2021

Reunião Direção Nacional
5 abril 2021

Reunião Direção Nacional e Comissão de Gestão Financeira da Capacitação
7 abril 2021



Reunião do OBAP - Observatório do Associativismo Português
7 abril 2021

TERCEIRA FASE DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Luís de Sousa Caetano
Gestor de Projeto | CPCCRD

No âmbito do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE), no passado dia 1 de março, iniciou-se formalmente a terceira Fase do Programa de Capacitação da Confederação, inserida no eixo 3.36 do Programa de Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social Membros do Conselho Nacional da Economia Social (CNES).

A primeira atividade, que formalizou o arranque desta nova fase do Programa de Capacitação, foi a realização, via digital, da primeira Reunião Plenária de sempre de todos os Órgãos Sociais da Confederação: Direcção, Mesa do Conselho Nacional e Conselho Fiscal, uma iniciativa relevante, que contou com a presença dos diversos Dirigentes de cada um dos referidos Órgãos Sociais.

Na primeira parte da reunião, abordaram-se vários temas, como as relações institucionais e a complementaridade de atuação dos vários Órgãos Sociais, os próximos eventos institucionais a realizar, assim como a realização de um balanço global e geral, relativamente ao mandato em curso.

A segunda parte da reunião foi dedicada à terceira Fase do Programa, tendo sido abordados um conjunto de temas relacionados com a mesma, como o desenvolvimento e reforço de Parcerias, o plano de formação interno da Confederação, a relevância e importância dos Gabinetes Pólos de Atendimento e os seus desafios, a composição e funcionamento das Comissões Permanentes, assim como Iniciativas a realizar até julho de 2021.

Foi ainda realizada a apresentação e análise abrangente da Memória Descritiva e da estratégia contemplada para o seu desenvolvimento, nomeadamente a continuidade da capacitação de todos os Dirigentes Associativos, Voluntários e Eleitos, processo iniciado em 2015, com a primeira Fase deste Programa.

Assim, os objetivos definidos para a terceira Fase do Programa de Capacitação são os seguintes:

- Atingir 30% de participação de Dirigentes, do total de cerca de quatrocentos e cinquenta Dirigentes Associativos elegíveis para o Programa;
- Obter uma taxa de 75% de satisfação entre os Dirigentes participantes;
- Reforçar e multiplicar as ações de formação dos Dirigentes, por forma a adquirirem e/ou melhorarem as competências necessárias ao exercício das funções;
- Continuar o processo de inovação, modernização, desmaterialização e trabalho em rede, dos serviços da Confederação e suas Estruturas;
- Promover práticas criadoras de sustentabilidade, reduzindo custos e diversificando fontes de receita;
- Aumentar a visibilidade da Confederação, nomeadamente por via do Observatório do Movimento Associativo Popular;
- Incrementar o acesso e utilização da Plataforma MAP;
- Reforçar e aumentar a dinamização da cultura de proximidade através das Estruturas e dos Gabinetes;
- Promover e fomentar o diálogo e cooperação entre Dirigentes seniores e jovens futuros Dirigentes, com vista à transferência de saberes e competências;
- Reforçar e aumentar o incentivo ao incremento do número de Mulheres e jovens Dirigentes;
- Reforçar, aumentar e diversificar as Parcerias com Organizações que fazem parte do Movimento Associativo Popular, Órgãos do Poder Local, Rede de Ensino Superior, Empresas e Órgãos de Comunicação Social;
- Aprofundar a cooperação com as entidades da Economia Social com assento no Conselho Nacional para a Economia Social e que constituem a Confederação Portuguesa de Economia Social;
- Dar maior visibilidade e reconhecimento à Economia Social em geral e ao Movimento Associativo Popular em particular;
- Dar relevo à importância das relações do Associativismo Popular com o Poder Central e Poder Local.

Por forma a se cumprirem estes objetivos, ao longo da terceira Fase está contemplado o desenvolvimento e implementação de um conjunto de sete grandes atividades:

AT1 Gabinetes de Atendimento: Consolidação e Sustentabilidade
AT2 Programa de Capacitação: Avaliação do Impacto
AT3 Dinamizar e informar: Associativismo, Observatório, Estudos e Comunicação
AT4 Inovação e Modernização: Desmaterialização de Processos e Arquivos
AT5 Formação: Desenvolvimento e Reforço de Competências
AT6 Comunidade Internacional: Redes Internacionais do Associativismo
AT7 Programa de Capacitação: Estudos de Opinião

Estas atividades irão decompor-se em diversas subactividades e iniciativas, a realizar ao longo dos próximos dezanove meses, até setembro de 2022.

Este é, sem dúvida, um desafio global e exigente, que necessita de um grande envolvimento e empenho de todos: Dirigentes, Trabalhadores, Estruturas e Parceiros, com o objetivo de continuar a valorizar, destacar e reforçar o papel e importância essenciais do Movimento Associativo Popular.

Um desafio presente, para o futuro do Movimento Associativo Popular.

GABINETE NORTE

Preparar 3ª Fase com confiança no pós-pandemia

Correspondendo ao trabalho em mãos, na parte final da 2ª Fase do Projeto de Capacitação, realizamos uma excelente iniciativa designada como, "O Associativismo na Promoção da Cidadania", contando com o envolvimento da ACC Valongo, o qual envolvendo vários oradores locais com formações e responsabilidades diversas, contou com a presenta do Vice-presidente Sérgio Pratas.

Adelino Soares
Membro da Direção e responsável
pelo Gabinete Polo de Atendimento Norte

Muito haverá a considerar acerca do tema, uma vez que no futuro teremos que abordar questões que nos permitam trabalhar as responsabilidades associativas, quanto a melhorias da nossa ligação interna, órgãos sociais e associados, com os utilizadores das nossas instalações, os quais muitas das vezes não conhecem as dinâmicas de funcionamento e de responsabilidades de quem dirige colectividades, mas também na importância a dar à comunicação e interacção com as populações das nossas comunidades e com as colectividades vizinhas.

Criando condições, pensando entre todos como criar parcerias diversas.

Claro que temos que avaliar estas dinâmicas e em muitas outras preocupações, ao mesmo tempo que preparamos a aplicação da 3ª Fase da Capacitação. É com esse objectivo que a Comissão Permanente (CP) do Gabinete Norte tem reunido de forma a arrumar a casa e preparar o trabalho a desenvolver.

Após uma 1ª reunião realizada em Fevereiro, a qual contou com a participação do Presidente Augusto Flor, procedeu-se à avaliação da Memória Descritiva que entretanto já tinha sido distribuída a todos os membros a CP.

Ficou evidente a sua importância, permitiu tirar muitas dúvidas, esclarecendo-se processos da sua aplicação. Ficou-se com a percepção de que muito há para fazer, e que tal só vai acontecendo mediante a responsabilização dos atuais dirigentes, e outros que consigamos envolver.

Já em Março, na 2ª reunião, foram traçados algumas linhas de funcionamento que, pensamos, irão contribuir para o melhor funcionamento.

Algumas medidas foram assumidas e estão já em execução, outras estão em preparação.

- Reforçar a Direcção da CP, com a integração de Paulo Rodrigues, que assim se junta a Adelino Soares e Bessa Carvalho.
- Discutir e avaliar a necessidade de dinamizar a discussão sobre temas que provoquem o interesse de um maior número de participantes, e que se dirijam ao encontro de interesses de várias áreas de actividade associativas.
- Alargar a realização de debates, a partir de Concelhos ou Distritos diversos e dispersos, que permitam o envolvimento de dirigentes e entidades diferenciadas, como forma de envolver dirigentes de colectividade locais, na consideração de que a sua realização via digital, enquanto a isso formos obrigados, terá sempre a sua direcção assistida pelo Gabinete Norte.
- Foi comunicada a atenção a prestar as iniciativas âncora apontadas pela Direção programada a realização, que para além da já realizada a 8 de Março - Dia Internacional da Mulher; o dia 2 de Abril sobre os 45 anos da CRP; o 31 de Maio - Dia Nacional das Coletividades e a 15 e 16 de Outubro, o Encontro Nacional das Estruturas, a realizar no Porto.

Entre outras decisões, faz parte a calendarização de datas para toda a área Norte até final do ano, de reuniões da CP, e também para as Iniciativas designadas como "uma por mês".

Assinala-se desde já a data de 14 de Abril, enquadrada na iniciativa "um por mês", realizando via ZOOM, um debate sobre o tema "Estudos Avançados: Rentabilizar Aprendizagem?", no qual pretendemos envolver todos os formandos dos Estudos Avançados realizados durante a 2ª Fase a nível nacional e assim avaliar os impactos individuais e colectivos desta importante formação.

Será com esta confiança que daremos seguimento ao trabalho nesta 3ª Fase do Projeto de Capacitação.

GABINETE CENTRO

Um caminho que se esboça a traços cada vez mais vivos

Joaquim Escoval
Membro da Direção
e responsável pelo Gabinete
Polo de Atendimento Centro

Desde o início da instalação do GPA Centro que foi pensado em aproveitar a proximidade com a Universidade da Beira Interior (UBI) para conseguir que nessa instituição de Ensino Superior se pudesse proporcionar um Curso de Gestão Associativa aos Dirigentes Associativos e aos Jovens Dirigentes da Região Centro.

Uma vez conseguida a assinatura de um protocolo com a UBI, caminhámos para um projeto de curso com base no projeto e a experiência que foi adquirida nos Cursos de Estudos Avançados desenvolvidos com a Universidade Lusófona em Lisboa e no Porto, mas também agora tendo como premissa a Memória Descritiva da 3ª Fase da Capacitação/POISE que se iniciou a 1 de março de 2021.

Dos contatos e das negociações já havidas podemos afirmar que o GPA Centro está perto de atingir o objetivo que se propôs neste campo, já que a universidade já apresentou um plano de curso e um cronograma para o mesmo desenhado agora num sistema modular.

Ainda falta algum caminho para percorrer, em especial conhecer valores, professores, local exacto mas é com grande satisfação que vemos já bem próxima a possibilidadede de disponibilizar aos Dirigentes Associativos membros dos Órgãos Sociais da CPCCRD e a Jovens Dirigentes Associativos da região a frequência de um Curso de Gestão e Dinamização Associativa de nível superior, ministrado numa Universidade e com a maioria de professores indicada pela UBI.

Pensamos assim que enquanto dotamos mais Dirigentes de maiores capacidades para gerir as suas associações também lhes facilitamos as deslocações e as respetivas perdas de tempo.

Esperamos que este esforço seja bem compreendido e melhor aproveitado em favor do Associativismo na Região Centro.

GABINETE ESTREMADURA

Movimento associativo resiliente, mas em crescendo

Veladimiro Matos
Membro da Direção
e responsável pelo Gabinete Polo
de Atendimento Estremadura

Quem porventura pensou que o Movimento Associativo Popular baixava os braços perante a Pandemia Covid-19 ou qualquer outra, está profundamente enganado.

É inegável que o impacto que a pandemia teve e ainda está a ter no Movimento Associativo é muito grande a implica o nosso profundo respeito.

É inegável que a CPCCRD como única voz representativa das 33.000 coletividades existentes em Portugal, não tem dado tréguas ao Governo, Assembleia da República, Ministras da Saúde e Segurança Social, para que tenham em conta as dificuldades em que se encontra da Sociedade Portuguesa.

É inegável o papel social que o associativismo representa no apoio à Cultura, Recreio e Desporto, como elemento de coesão de gerações e de multicultura.

É ainda inegável a importância do Movimento Associativo Popular para a Economia Social como contribuinte líquido para as finanças do país, não só pelo emprego que gera como pelas actividades que produz.

As dificuldades financeiras traduzidas em perdas de tesouraria resultantes do encerramento a que as colectividades foram obrigadas, com a capacidade de Resistência e Resiliência em Crescendo, resultarão, mais cedo ou mais tarde, num regresso às atividades normais.

De notar que desde a 1ª hora de recolher obrigatório a CPCCRD informou todo o MAP para a necessidade do cumprimento das indicações da DGS, da mesma forma como as coletividades colaboraram com esta entidade na disponibilidade de instalações para recolha de doentes Covid.

O GPA Estremadura, como sempre, mantêm-se atento a todas as situações, dúvidas e ideias/sugestões, que os seus membros da Comissão Permanente queiram colocar e em debate coletivo se encontrem as melhores soluções para os mesmos.

:: A PALAVRA AOS CONSELHEIROS NACIONAIS

Elo Associativo dedica esta página aos Conselheiros Nacionais, para que se identifiquem com as associações que representam e possam dar opinião sobre a importância da Confederação Portuguesa das Colectividades no Movimento Associativo Popular.

Responde a **Conselheira Nacional** (C.N.)
Rita Sá Coimbra

DUNA - Associação de Eco-Consciência

PERGUNTA	RESPOSTA
1 Qual a associação porque foi eleita C.N. e onde se situa?	A Associação por que fui eleita foi a DUNA, Associação de Eco-Consciência, situada em Esposende.
2 Quantos sócios tem e quais as principais atividades?	As nossas actividades desenrolam-se em Portugal e restantes países da Europa, promovendo e participando em encontros, conferências, workshops e seminários, onde são apresentadas ideias, opiniões e diferentes perspectivas culturais sobre o Valor da Natureza e o Valor do Pensamento Humano. Desenvolvemos projectos de apoio e de intercâmbio cultural com Povos Indígenas, facilitando o entendimento, conhecimento e respeito entre diferentes realidades, em acções escolares, com crianças e adolescentes.
3 Como têm decorrido estes tempos de Pandemia Covid-19 na vossa colectividade? Perspetivas futuras?	A nossa actividade está parcialmente parada, pela impossibilidade de se viajar com a facilidade com que viajávamos antes e de realizar encontros presenciais com elevado número de pessoas. Fomos realizando encontros internacionais on-line ao longo do ano, e aproveitamos para terminar um projecto de compra de terras em território indígena, na Colômbia.
4 Como tem sido a experiência e disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheira Nacional e contatos com outras colectividades?	A disponibilidade para desempenhar o cargo de Conselheira Nacional está dificultada pelo aumento de trabalho que tive nesta época ao nível profissional. A minha participação foi na organização de um encontro on-line dirigido às Associações do Concelho de Esposende, promovido e apoiado pelo Município, e coordenado e apresentado pela CPCCRD. Também participei no Encontro Ibérico que se realizou on-line.
5 No seu entender, qual a importância da CPCCRD no Movimento Associativo Popular, no presente e no futuro?	A CPCCRD é fundamental para o presente e para o futuro do Movimento Popular, pois estamos num momento de nova legislação, novos apoios e muita gestão de informação. E se antes da pandemia já nos movíamos num mundo de surpresas constantes de burocracia, posso imaginar que num futuro próximo ainda haja mais necessidade de estarmos bem apoiados.

:: ASSOCIAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE **LOURES**

Pandemia afasta 172.991 jovens do desporto federado nas épocas desportivas 2019/20/21

QUE RUMO IRÃO TOMAR MUITOS DESTES JOVENS?

Fernando Vaz
Presidente da Associação das Colectividades do Concelho de Loures

De acordo com o relato da imprensa escrita, os principais desportos coletivos registaram em tempo de pandemia, desde março de 2020 uma diminuição de 78,4% no número de atletas federados inscritos, nas modalidades de futebol, futsal, basquetebol, voleibol, andebol e hóquei em patins, por impedimento de treinos e realização das competições na área da formação.

Esta constatação é preocupante para todos os jovens, que se vêm limitados na evolução da sua aprendizagem e crescimento saudável nas idades em que se encontram e pela mais que provável elevação de doenças associadas ao sedentarismo, devido à falta de actividade física, para além da sua saúde mental que pode também estar em causa, que vão requerer acompanhamento médico nomeadamente na área da cardiologia quando e se retomarem a prática do desporto.

A escala dessas preocupações aumenta, se pensarmos nos pequenos clubes de bairro, que, em condições mais desfavorecidas, são a base de todo o sistema desportivo, onde os jovens encontram junto dos Dirigentes, Treinadores, Seccionistas, o acompanhamento, a inclusão, e em muitos casos também parte da alimentação que não encontram junto das respectivas famílias.

Que caminhos irão tomar os milhares de jovens que por falta de motivação face à falta de treinos, à alegria dos jogos em finais de semana perante os adeptos do clube e ou das suas famílias, e ou por mudanças de escalão devido à idade abandonam a prática desportiva?

Esta realidade acarreta ainda consequências para os clubes, com maior relevância para os mais pequenos, que já antes tinham de suportar vastos encargos com Inspecções Médicas; Seguros; Inscrições de jogadores e em provas; Consumos de electricidade, Gaz, Água; Transportes; Técnicos; Massagistas; (Policiamento e Arbitragens em alguns dos escalões) Manutenção dos Espaços Desportivos, que não vêm a isenção ou devolução do IVA na aquisição de material desportivo, mas que viam no funcionamento dos bares e nas mensalidades de atletas das escolas de futebol um dos suportes financeiros para a sua sobrevivência e que desde março de 2020 deixaram de existir.

Pequenos clubes que encontram nas Autarquias Locais os únicos apoios financeiros, pois o Estado, mesmo beneficiando de largos milhões de fundos comunitários, tem ignorado por completo o apoio ao desporto, principalmente aos clubes populares.

ASSOCIAÇÃO DE COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE LOURES

Se nos lembrarmos que um euro investido no desporto equivale a seis euros não gastos na área da saúde, é, pois, urgente e indispensável que:

- O Governo crie um fundo de apoio extraordinário aos clubes desportivos, também aos pequenos clubes.
- Que o Governo suporte os custos da testagem das camadas jovens no momento da retoma da actividade desportiva.
- Que o Governo assegure junto das respectivas Associações e ou Federações as inscrições das camadas jovens até aos juniores A.

A negação destas premissas vai atirar muitos clubes para a insolvência, indo o País pagar muito cara a factura da marginalização que no passado e no presente assistimos relativamente ao desporto amador.

Estou convicto de que as consequências vão ser gravíssimas.

Ainda estamos a tempo.

:: FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DE **SETÚBAL**

PARTE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA ACCS NOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO

- 06/Fevereiro - Comunicado da Direção a manifestar o nosso apoio institucional através da disseminação de medidas decretadas pelas entidades oficiais;
- 12/Fevereiro - Reativação da iniciativa online "ACCSet à conversa com..." de forma a promover o diálogo em tempo de pandemia e afirmar a identidade associativa, que já conta com novos 12 convidados;
- 23/Fevereiro - Envio de questionário às filiadas, de maneira a conhecermos a realidade dos facto das mesmas e apresentarmos propostas fundamentadas às autarquias locais;
- 23/Fevereiro - Nota de Imprensa sobre os impactos da COVID.19 no MAP do concelho e posição da ACCSet perante os mesmos;
- 26/Fevereiro - Artigo de Opinião do Presidente Nuno Soares, no Jornal "O Setubalense" sobre os impactos da COVID.19 nas coletividades do concelho de Setúbal e tomada de posição da ACCSet sobre as mesmas;
- 01/Março - Notícia e entrevista ao Vice-Presidente Bruno Vigário, no Jornal "O Setubalense" sobre a iniciativa online "ACCSet à conversa com...", apresentação e fundamentação do projeto, forma de divulgação, público alvo e missão;
- 08/Março - Assinalamos o Dia da Mulher com um artigo de opinião da nossa Dirigente Fernanda Pacheco, tema: "Mulheres no Associativismo";
- 08/Março - Participação na iniciativa da CPCCRD no âmbito do Dia da Mulher "Mulher Dirigente Associativa - um desafio superado";
- 15/Março - Envio das medidas decretadas pela AR e Governo às filiadas.

:: ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DA **MARINHA GRANDE**

QUAL O FUTURO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR (MAP) DA MARINHA GRANDE?

Carlos Franco
Associação Concelhia
das Associações
da Marinha Grande

O Movimento Associativo Popular (MAP], através das suas colectividades, é mais antiga que a própria República Portuguesa. Ao longo da sua história estas desempenharam e desempenham ainda um papel relevante na sociedade. Muitas foram as que lutaram contra as condições impostas pela ditadura de Salazar. Nestas actividades de Cultura, Recreio e Desporto destacaram-se grandes nomes na música, teatro, dança e desporto. Após o fim da ditadura, vários foram os Políticos e Autarcas que surgiram e cuja formação política e democrática foi adquirida ao serviço das Colectividades. Talvez por tudo isto se diga muitas vezes que as Colectividades são uma escola da Democracia.

Enquanto Dirigente Associativa Voluntário Eleito (DAVE) é minha convicção que as colectividades continuam a ter um papel determinante na Cultura, Desporto e Recreio, na Socialização e no Envelhecimento Activo. O futuro das Colectividades a nível nacional é motivo de grande preocupação e está ser avaliado com regularidade pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e existe um enorme receio que muitas não retomem a sua actividade.

Como é natural, quer a nível nacional e também no nosso Concelho, é difícil de adivinhar qual será o futuro, pois não podemos prever as marcas que vão ficar face a este isolamento. Este mês faz um ano que as Colectividades encerraram pela primeira vez, não podendo realizar as suas festas anuais e outros eventos de angariação de fundos que eram a base da sua sustentabilidade, mantendo-se as despesas fixas e diárias. Até agora só tiveram um pequeno apoio da Junta de Freguesia da Marinha Grande, por sua vez, a Câmara Municipal da Marinha Grande não deliberou até à data de hoje qualquer apoio excepcional, nem apresentou um plano de emergência de apoio a estas entidades.

As COLECTIVIDADES e os DAVEs estão abandonados ao seu próprio destino.

P.S.: Lamento escrever estas últimas linhas, mas são a realidade. E atenção, refiro-me às Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, a maior rede social com assento no Conselho Nacional de Economia Social (CNES). *

in JORNAL DA MARINHA GRANDE
18-3-21

:: TESTEMUNHO DE **ÁLVARO SANTOS GOMES**

Álvaro Santos Gomes
Encenador e ator da Trupe
de Teatro os 4 e o Burro

A importância do Teatro Amador no Movimento Associativo Popular

A ARTE IMITA A VIDA E A VIDA IMITA A ARTE

O teatro foi uma das primeiras formas de arte desenvolvida pelo homem. A partir de então o teatro tornou-se uma ferramenta social poderosa, a sua influência subtil e subversiva, faz-nos refletir sobre o nosso comportamento.
O teatro deu luz à comédia ao drama à sátira e à critica social que nos faz rir.
Reis e tiranos riram-se dos seus próprios erros, retratados com ironia. O teatro tem poder: sempre foi capaz de subverter.

O TEATRO AMADOR E AS COLETIVIDADES

As sociedades recreativas tiveram, e têm um papel importante na divulgação da cultura, e os seus grupos de teatro amador são disso exemplo, ao longo dos anos fizeram, e fazem subir aos seus palcos inúmeros espetáculos. Quantas vezes a fintar a censura antes do 25 de Abril.
Foi também nestas coletividades que muitos atores e atrizes da nossa cena deram os primeiros passos. Mas não só comédias, dramas e revistas faziam e fazem parte do reportório, outros estilos de teatro popular eram encenadas nas coletividades e depois representadas nas ruas, como por exemplo as Cégadas que saiam pelo Carnaval. O Julgamento do Bacalhau representado no domingo de Páscoa em alguns pontos do País como por exemplo em Alenquer, espetáculo de forte cariz popular com grande critica social, e nas entre linhas porque a censura estava atenta, a crítica ao regime, este género de teatro hoje está praticamente desaparecido e é pena.
Além da sua capacidade de mudar a sociedade, o teatro também cria união, reunindo várias pessoas para sentirem emoções em consonância.

A casa de Bernarda Alba de Federico Garcia Lorca

A TRUPE DE TEATRO OS 4 E O BURRO

É sempre difícil falarmos de nós, mas ai vai. A Trupe nasceu no ano 2000 como grupo de teatro de rua, mais tarde surge a oportunidade de trabalhar em parceria com algumas coletividades e foram várias, ao longo de oito anos. Em 2010 fizemos uma parceria com a Liga dos Amigos de Alenquer e o seu centenário Teatro Ana Pereira, local onde ainda hoje estamos a trabalhar.

Ao longo destes vinte anos montámos algumas dezenas de espetáculos, repartidos por salas, recriações históricas, teatro de rua, feiras medievais e quinhentistas.

O TEATRO, A CULTURA E OS TEMPOS QUE CORREM

A capacidade da arte é notável. E particularmente do teatro. Em condições adversas quase que é capaz de fazer milagres para sobreviver. Se houvesse milagres, é claro. Nos dias de hoje, pôr de pé um espetáculo de teatro com todo o trabalho que isso exige, é quase um ato de heroísmo. Só se explica pela sua enorme capacidade de resistência. Ou será teimosia? Miguel Torga, pouco antes de morrer, afirmou numa entrevista que os tempos vão maus para a cultura. É uma afirmação que não se pode em consciência desmentir. Mas pior que constatar esse facto, é verificar que aqueles que deviam defender a cultura com unhas e dentes por vezes não o fazem. E isso é um erro histórico. Perante o desencanto e a desorientação ideológica que corre pelo mundo, se deixarmos degradarem-se as artes e a cultura, tudo vai ser decerto, mais negro e mais doloroso num futuro mais ou menos próximo. Na história da humanidade, os abismos andaram sempre de mãos dadas com a incultura. (Texto de Ildefonso Valério encenador, poeta e dramaturgo, que infelizmente já não está no meio de nós).

"O teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde não existe!"

Almeida Garrett
In introdução a um Auto de Gil Vicente, 1838

:: TESTEMUNHO DE **DANIEL ROCHA VENTURA**

Daniel Rocha Ventura

A Importância das Rádios Locais no Movimento Associativo Popular

O aparecimento das rádios locais, livres, piratas, clandestinas e/ou comunitárias surgiram na década de 80 do século passado, com o objetivo de promover e de divulgar as diversas realidades locais, nomeadamente os problemas sociais; as práticas culturais, desportivas e recreativas; as ações, os projetos, os programas e as dinâmicas das instituições e do movimento associativo popular (MAP); e, inevitavelmente, as políticas municipais, os partidos políticos e as vozes dos movimentos populares (movimentos de cidadãos, comissões de utentes e outras formas não organizadas das populações), ou seja, a ação e o desenvolvimento da sociedade civil.

Entre 1980 e 1989, em diversos locais de Portugal, grupos de amigos e grupos informais, associações e cooperativas reuniram esforços e lançaram os primeiros passos para a criação de uma Estação de Rádio nos inúmeros concelhos do País. Assistimos, também, a um (re)encontro e a um verdadeiro diálogo intergeracional, uma vez que jovens (a frequentar os cursos superiores de jornalismo e de comunicação social), os pais e os avós contribuíram para a afirmação, conhecimento e desenvolvimento da Rádio Local.

Após o processo burocrático, criterioso, exigente, funcional e gigantesco para a obtenção do(s) Alvará(s), licença e autorização de funcionamento da Rádio Local, surgiram outros desafios a ter em conta, tais como: a sustentabilidade económica; as imposições legais, em vigor na Lei da

Rádio; um jornalista profissional e um repórter a tempo inteiro; pessoal qualificado para uma programação; informação e entretenimento local e regional; e, um número indeterminado de obrigações legais e financeiras do avultado investimento nos meios de áudio e de radiodifusão. As parcas receitas publicitárias, o escasso apoio do poder central, o diminuto apoio do poder local, o pessoal técnico e profissional a remunerar dificultam a sustentabilidade económica e viabilidade das Rádios Locais.

Nesta conjuntura, as Rádios Locais tornam-se meios importantes para o MAP, para outras instituições e entidades, uma vez que são fundamentais para a promoção e a divulgação dos projetos, dos programas e das ações que as Coletividades, Associações e Clubes e outras entidade desenvolvem para a comunidade e para a sociedade. Tornam-se elementos essenciais (tais como os jornais) para noticiar e publicitar o que de bom e de mau se passa naquela localidade.

Hoje são poucas as Rádio Locais que mantêm a génese e a independência económica e financeira de outrora. Muitas das Rádio Locais, durante a década de 90, do século passado, foram vendidas, cedidas e "alugadas" (utilização da antena para transmitir diversos credos religiosos) e agregadas a grandes grupos económicos de comunicação social. Durante este período, fizeram-se esforços para manter as diversas Rádios Locais, nos seus territórios, para divulgar a dinâmica local das diversas entidades e promover a identidade local e coletiva.

Atualmente, com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, através da internet, assistimos a uma nova vaga de criação de rádios online, muitas com características idênticas às das Rádios Locais e outras com outras temáticas emergentes, tendo em conta o panorama internacional, nacional, regional e local, como são as rádios online que existem em Setúbal (Som da Baixa); Almada (Rádio Voz Desportiva); e no Barreiro (Alternativa Rádio). A primeira dedica-se a promover o comércio local. A segunda o desporto da região e a terceira os projetos das coletividades, a cultura, o desporto, o recreio, as dinâmicas sociais, a saúde, o bem-estar e os movimentos sociais. Esta última tem uma particularidade chama-se Alternativa Rádio (www.alternativaradio.pt e http://ar-alternativa-radio.weebly.com/) e é um projeto da Associação das Colectividades do Concelho do Barreiro – ACCB, estrutura descentralizada da CPCCRD.

:: TESTEMUNHO DE **RUTE CORREIA AZEVEDO**

Rute Correia Azevedo
Clube Recreativo Delgadense

As Mulheres e a Participação no Movimento Associativo

O movimento associativo é um reflexo da sociedade e da cultura em que se insere, e por essa razão reflete modos de funcionamento e organização e reproduz padrões de comportamento mesmo que discriminatórios, muitas vezes de forma automatizada e inconsciente.
Tomar consciência dessas desigualdades é o primeiro passo para transformarmos a realidade. Nas associações, como na sociedade e na vida é preciso compreender que a participação da mulher está condicionada pela tripla jornada das mulheres (mães, profissionais e responsáveis pela gestão domésticas) bem como pela assunção generalizada, que o espaço público e de liderança estão reservados aos homens.

O impacto dos estereótipos de género é ainda muito profundo, e são essencialmente as mulheres continuam a ser discriminadas, na família, na educação, na saúde e no emprego. São as mulheres quem diariamente despende mais horas em trabalho não remunerado (tarefas domésticas, cuidados prestados aos filhos e filhas e a outros familiares, idosos ou pessoas com deficiência) situação que acarreta prejuízos para a sua saúde física e mental (dormir menos horas por exemplo). Será fácil de concluir que, é às mulheres a quem sobra menos tempo e disponibilidade para participar em atividades de lazer e voluntariado, onde se inclui o movimento associativo.
Apesar da maior participação das mulheres no movimento associativo, e de muitos exemplos positivos de mulheres dirigentes associativas e presidentes de coletividades, não podemos assumir que esta participação seja feita nas mesmas condições de que a dos homens. Quantas mulheres dirigentes associativas, para irem para a coletividade, tem de deixar o jantar pronto para a família e às vezes os almoços do dia seguinte, a cozinha arrumada, a roupa organizada e as crianças a dormir? Muitas seguramente. Ou seja, elas participam, mas tem de continuar a assegurar todas as esferas da sua vida de forma exemplar e muitas vezes sem pouca ou nenhuma partilha de tarefas e responsabilidades. Ainda é natural e socialmente aceite que eles assumam responsabilidades na vida pública sobrecarregando a mulher e abdicando de tempo em família, mas socialmente reprovável que uma mulher o faça.
Em muitas coletividades, a maioria dos associados são homens, a maioria dos cargos de presidente são ocupados por homens e tendem a dividir-se as tarefas de acordo com os estereótipos de género, exemplo disso é a tendência para o cargo de secretário/a ser geralmente desempenhado por mulheres e o de tesoureiro por homens. É preciso alterar estas tendências.
Há mudanças positivas e muitas conquistas e as mulheres vão ganhando visibilidade no espaço e com isso ganham mulheres e homens, mas é longo o caminho que ainda temos pela frente.
Nesse caminho, é inegável o importante papel das coletividades, quer pela sua proximidade das populações quer pelo seu peso na economia social representando uma fatia significativa da população portuguesa. As coletividades podem promover a mudança de comportamentos e mentalidades ao mesmo tempo que movem esforços junto do poder político local e nacional para garantir a efetiva igualdade entre homens e mulheres.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

cpccrd.pt

BENTO DE JESUS CARAÇA

COMEMORAÇÕES
120.º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO

18 ABRIL 2021

10:00H DEPOSIÇÃO DE FLORES E INTERVENÇÕES
JUNTO À CASA MUSEU BENTO DE JESUS CARAÇA **VILA VIÇOSA**

DUARTE GUERREIRO
Conselheiro Nacional da CPCCRD

11:30H SESSÃO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL
BENTO DE JESUS CARAÇA **MOITA**

RUI GARCIA
Presidente da Câmara Municipal da Moita

RUI NAMORADO ROSA
Associação Bento de Jesus Caraça

AUGUSTO FLOR
Presidente da CPCCRD

TRANSMISSÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

APOIO:

Associação
Bento de Jesus Caraça

moita MUNICÍPIO

40DESIGN

BENTO DE JESUS CARAÇA
E O ASSOCIATIVISMO POPULAR

Bento de Jesus Caraça é uma figura excecional na cultura portuguesa do século XX. Militante cívico multifacetado, "Bento Jesus Caraça (1901-1948) é conhecido do público como matemático, teorizador da cultura, professor universitário e intelectual progressista empenhado nos combates políticos e culturais do seu tempo." Nas palestras que proferiu na universidade popular e nos livros da Biblioteca Cosmos que dirigiu, encontramos um tesouro de textos seus e de uma plêiade de outros intelectuais que, atravessando um período sombrio para Portugal e o mundo, propalaram o conhecimento lucido, a solidariedade e a esperança.

Rui Namorado Rosa
Investigador e professor. Nasceu em Lisboa em 1940. Licenciado pela Faculdade de Ciências de Lisboa (1961), doutorado pela Universidade de Oxford (1968). Trabalhou na Junta de Energia Nuclear, Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, Instituto Superior Técnico, Universidade de Évora (catedrático jubilado, 2010). Sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Física (1974) e da Organização dos Trabalhadores Científicos (1979).

"Se não temo o erro, é porque estou sempre disposto a corrigi-lo."
Bento de Jesus Caraça

A *Universidade Popular Portuguesa* foi fundada em 1919 (sendo encerrada em 1944). Universidades populares e universidades livres haviam surgido pouco tempo após a implantação do regime republicano, mas já na sequência da tradição das academias de estudos livres e da associação *A Voz do Operário,* constituídas no último quartel do século XIX por iniciativa de trabalhadores. Esses eram projectos inspirados por ideais socialistas, dirigidos para a elevação do nível cultural e para a maior intervenção social da classe trabalhadora. Mas a *Universidade Popular Portuguesa* foi um projecto que beneficiou do entusiasmo da elite cultural, consciente do elevado índice de analfabetismo e preocupada com o elevado isolamento cultural das massas proletárias (sobretudo urbanas), indo ao encontro das aspirações dos trabalhadores e contando com a sua adesão. A participação activa de Caraça nesta *Universidade* surge como um sinal claro de opção de classe que não viria a ser atraiçoada e ponto de partida para um percurso de intervenção cultural e cívica exemplar.

Recordemos alguns episódios da época para situarmos as circunstâncias que afligiam Caraça e os seus contemporâneos. Em 28 de Maio

de 1926, um golpe militar havia posto fim ao regime parlamentar da primeira República. A 1 de Junho a *Confederação Geral dos Trabalhadores* reagira lançando uma greve geral que resistiu durante alguns dias; todavia, em 1927 a CGT fora dissolvida e o seu órgão, *A Batalha,* encerrado. O movimento sindical reorganizara-se em torno da Comissão Inter-Sindical e em 1930 lançara greves e manifestações operárias. Em 1933 foi plebiscitada uma nova Constituição e promulgado o *Estatuto do Trabalho Nacional*, dois dos pilares da ditadura do *Estado Novo* (1926-1974). Por força desse estatuto foram encerrados os sindicatos "livres" e criados os sindicatos "nacionais", os grémios e as corporações oficiais. Alguns sindicatos livres reagem à dissolução e mantêm actividade semi-clandestina até1936. Em 1934, a 18 de Janeiro, um movimento grevista insurreccional foi derrotado. Em 1935, por decreto-lei determinar-se-ia serem «aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos, em caso contrário», os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tivessem revelado ou revelassem «espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política» ou não dessem garantias «de cooperar na realização dos fins superiores do Estado».

É neste quadro complexo que vamos encontrar Bento de Jesus Caraça no seu lúcido e aparentemente sereno apostolado cultural e cívico. Para ele, a década de 30 (e os primeiros anos da década de 40) foi um período de intensa actividade universitária, cívica e cultural no sentido mais lato do termo, actividade de estudo e reflexão pessoal por um lado, igualmente de comunicação e socialização, por outro. Dedica-se à docência no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; profere conferências na *Universidade Popular Portuguesa* e noutros âmbitos; colabora em jornais de combate (*O Diabo, O Sol Nascente, Liberdade* e *O Globo*) e em revistas de doutrinação (*Seara Nova* e *Vértice*); publica obras científico-pedagógicas para o ensino das Matemáticas; funda o Centro de Estudos de Matemáticas Aplicada à Economia (1938); já em 1940 funda, com outros prestigiados Matemáticos, a *Gazeta de Matemática* e a *Sociedade Portuguesa de Matemática*. Em 1941 lançará um notável monumento da cultura portuguesa do século XX, a *Biblioteca Cosmos*, que surgiu como a materialização de um projecto de formação e divulgação que vinha prosseguindo desde uma década atrás através da *Universidade Popular Portuguesa*, a que a sua experiência pessoal e a rede de cumplicidades entretanto estabelecida entre a intelectualidade esclarecida conferiram imediato sucesso.

> **"A Biblioteca Cosmos, criada em 1941 sob a direcção de Bento de Jesus Caraça, é um marco da história da cultura em Portugal do século XX.**

Caraça entendia a cultura una e universalista. A arte e a literatura teriam de estar também no centro do seu interesse e da sua intervenção. Assim as suas conferências. *A Arte e a Cultura Popular* (1936), *RabindranathTagore* (1939) e *Algumas Reflexões sobre a Arte* - esta já em 1943, na abertura de uma série de sessões de divulgação musical a cargo de Fernando Lopes Graça - testemunham a intervenção de quem, não se assumindo crítico de arte ou estudioso da estética, era seduzido pelo sentimento do belo e estava fundamentalmente convicto da importância da arte como factor de aperfeiçoamento individual e de comunhão humana no plano social. Na perspectiva de Marx, segundo quem a «...cultura compreende o máximo desenvolvimento das capacidades intelectuais, artísticas e materiais encerradas no homem», na conferência *As Universidades Populares e a Cultura* (1931) afirma «...Eduquemos e

cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade, da sua liberdade. Sejamos homens livres, dentro do mais belo e nobre conceito de liberdade – o reconhecimento a todos do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, artísticas e materiais»; e em *A Cultura Integral do Indivíduo* (1933) afirma «...A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico, significa, numa palavra, a conquista da liberdade...».

A *Biblioteca Cosmos*, criada em 1941 sob a direcção de Bento de Jesus Caraça, é um marco da história da cultura em Portugal do século XX. Desde essa data até 1948, à data da morte do seu fundador, foram publicados 114 títulos, 145 volumes, com uma tiragem global de quase 800 mil exemplares. A Biblioteca Cosmos surge como a materialização de um projecto de formação e divulgação cultural para as massas populares que lenta e seguramente vinha sendo prosseguido desde há uma década atrás. Caraça propunha-se dar ao maior número de pessoas o máximo possível de cultura geral, tornar acessível a todos uma visão geral do mundo físico e social, a sua vida e os seus problemas; divulgar sem abaixar nem deturpar, trazendo ao nível do homem comum o património cultural comum; para o que o autor deveria possuir domínio completo do assunto, inclinação filosófica e capacidade de exprimir com simplicidade sem perder rigor temático. As aspirações populares reprimidas, mas também persistentemente alimentadas, a justeza do objectivo fixado, a experiência e o prestígio pessoais de Caraça, a rede de colaborações entretanto estabelecida entre a intelectualidade sensibilizada para a concretização desse objectivo, todos foram factores que se conjugaram em termos de conferir imediato e extenso sucesso ao projecto. Entre os autores que colaboraram conta-se grande parte da elite intelectual portuguesa de então, alguns já consagrados e outros que o seriam mais tarde.

Universidades populares e universidades livres foram e são uma das tipologias de associação de base popular, de e para as classes laboriosas, instrumentos de instrução, valorização cultural e autoestima. A universidade popular é um espaço de partilha de saberes e de reflexões. A cultura «popular» sabe respeitar cada indivíduo, qualquer que seja o seu nível e domínio de escolaridade; não se conforma com estatutos de superioridade cultural; luta, tácita ou expressamente, pela igual dignidade de todos os saberes e de todas as pessoas; e incita os diplomados a não esquecerem a sua base «popular» e a contribuírem para que ela seja devidamente respeitada.

> **“A universidade popular é um espaço de partilha de saberes e de reflexões...**

O historial das colectividades populares revela extraordinárias potencialidades de futuro, todavia havia e há que recuperar, actualizando-as, algumas que não se desenvolveram tanto quanto era ainda possível e desejável, em particular as universidades ou escolas populares, no debate de problemas e a congregação de vontades para as suas soluções. As universidades populares continuam a materializar-se através das recentes universidades séniores com a sua identidade própria. Persistindo a oportunidade de as universidades populares e séniores se vocacionarem também para a prestação de apoio a favor da progressão de jovens e adultos no sistema educativo.

A dinâmica política e social vivida em Portugal desde finais do século XIX e princípios do século XX pela difusão dos ideais republicanos, e a consequente

revolução de 5 de Outubro de 1910, configurou um contexto particularmente favorável ao aparecimento de agremiações de tipo associativo por todo o país.

O ideário e a propaganda republicana pré-existentes à revolução expandiram-se livremente com a implantação da República, animando aspirações de populações urbanas e rurais, desde os mais desfavorecidos da sociedade até à pequena burguesia, estimulando a luta por melhores condições de vida e representação social, em funções cívicas nos órgãos do governo local e do associativo popular. O clima de liberdade de livre expressão de opiniões políticas, a liberdade de reunião e associação, ofereceram então novas possibilidades de intervenção na vida pública, logo após a chegada dos republicanos ao poder, e, um pouco por todo o território, as populações organizaram-se à volta dos interesses comunitários ou de profissão, criando associações para defesa de direitos ou de condições de trabalho.

> **“A cultura «popular» sabe respeitar cada indivíduo, qualquer que seja o seu nível e domínio de escolaridade...**

Como revelam os dados recolhidos por via do inquérito realizado pela CPCCRD, apesar de algumas das associações filiadas terem surgido ainda antes de 1901 (quase 10%) é já no século XX que ocorre a fundação da grande maioria daquelas associações, com destaque para o período que vai de 1974 a 1985, no qual se compreende o impulso transformador da revolução nacional e democrática de 25 de Abril 1974, período durante o qual foram constituídas quase 30% da totalidade de associações confederadas.

No caso das formas de organização e associativismo dos trabalhadores essas instituições assumem, anteriormente ao Estado Novo, um carácter espontâneo e privado, sobretudo através da formação de *colectividades populares de bairro* ou *de localidade de residência*. Na vigência do Estado Novo o associativismo popular esteve fortemente condicionado pela visão retrógrada e restrição exercida pelo poder político sobre o livre exercício do associativismo. Ao criar a *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* em 1935 e as Casas do Povo, o Estado Novo procurou interferir directamente na gestão do tempo livre dos trabalhadores e suas famílias, chamar a si o papel de principal responsável pela organização e ocupação desse tempo. Enquanto, por outro lado, procurou dominar por decisão administrativa ou repressão a actividade das colectividades culturais, educativas e recreativas fora da sua tutela. Muitas associações populares foram perseguidas e encerradas.

Mas é imediatamente a seguir à queda do Estado Novo, com a revolução de 25 de Abril de 1974, que surge o maior surto de associativismo em Portugal, tendo sido fundadas, no curso da década de 70, quase 30% das associações filiadas na Confederação. Os anos imediatamente após o 25 de Abril foram de elevada participação no espaço público, conduzindo ao aparecimento de elevado número de novas associações, e também de mais diversa natureza e objectivo social.

Além de terem proliferado, também se diversificaram as possibilidades de intervenção, manifestas na emergência de movimentos sociais de base populares em empresas, na administração pública, no exército, na habitação, saúde, ensino, cultura, agricultura, etc. O que conduziu ao aparecimento de novas formas institucionais - comissões de trabalhadores, comissões de moradores, entre outras – práticas inovadoras em termos de participação social e política.

Foi a esse universo capilar de associativismo popular, então reduto da resistência popular, que Caraça se dirigiu para, através da palestra e do livro, alcançar e transmitir aos seus contemporâneos a postura, o conhecimento e o ânimo que lhes era por outro modo inacessível ou negado. Levando muitos outros proeminentes trabalhadores intelectuais consigo a seu lado.

O espaço onde os jovens ligados ao associativismo têm a palavra

O Elo Associativo atribui esta página aos jovens que, de uma forma mais ou menos ativa, dedicam parte do seu tempo ao associativismo, praticando cultura, recreio ou desporto na sua coletividade e a quem são feitas duas únicas perguntas.

João Miguel Carreira Cardoso
26 anos | Operário Metalúrgico
Vogal da Direção da Associação Cultural e Recreativa da Comeira
Marinha Grande

1.

Como vês o papel do associativismo no presente e no futuro, tendo em atenção a atual situação da COVID-19?

Na minha opinião, o associativismo é bastante importante para nos interligar a todas as gerações e a variados problemas sociais da comunidade, que como sabemos derivado á covid, não são fáceis para ninguém. Como associação procuramos transmitir uma mensagem solidária e momentos de esperança pois sabemos que as associações estão a passar momentos bastante frágeis e difíceis.

2.

Qual a tua opinião sobre a relação entre o movimento associativo e os jovens?

Felizmente, desde muito cedo sempre me foi incutido o espírito associativo, mas infelizmente, nos tempos que correm não existem muitos jovens interessados a desenvolver um papel de voluntariado nestes espaços e até os chegam a relacionar a pessoas de mais idade (reformados), o que os leva muitas vezes a não se sentirem integrados nem interessados em frequentar estes espaços.

Felizmente, na associação em que estou integrado existe algum espírito jovem, algo que sempre me entusiasmou, e esse espírito reflete-se nas diversas festividades que apresentamos em que existe uma grande adesão de pessoas jovens como voluntários.

CELEBREMOS ABRIL,
AGORA E SEMPRE!

Nunca será demais relembrar a importância que o Dia 25 de Abril de 1974 teve na mudança da Sociedade Portuguesa em muitas das suas vertentes sejam elas políticas, económicas, sociais ou culturais. Também no Associativismo isso se sentiu de uma maneira absolutamente inequívoca seja pelo disparar exponencial que se verificou no nascimento de novas Associações seja pelo uso dos direitos que desde então passaram a ser gozados e até plasmados na Constituição da República Portuguesa.

O direito de associação, o direito de reunião bem como o direito de eleger e ser eleito e o fim da censura passaram então a fazer parte da prática diária dos milhões de filiados e de muitos milhares de Dirigentes que tomaram em suas mãos os destinos das associações onde eram filiados.

Pela importância histórica que esse dia tem na Sociedade Portuguesa e pela necessidade de lembrar que nem todos os seus objetivos estão cumpridos todos os anos a Associação 25 de Abril promove desfiles pelo país comemorativos do 25 de Abril com especial relevo no que se realiza em Lisboa.

São muito variadas e descentralizadas outras realizações que diversas instituições da sociedade portuguesa promovem nesse dia, incluíndo muitas associações do Movimento Associativo Popular, todas elas com um mesmo objetivo, comemorar Abril.

No ano passado (2020), a pandemia e as restrições que acarretou não permitiram que as manifestações populares pudessem realizar-se tendo então sido recomendado pela Comissão Promotora, da qual a CPCCRD faz parte, que se tocasse o Grândola Vila Morena de Zeca Afonso onde quer que fosse possível, o que aconteceu um pouco por todo o país.

No corrente ano (2021) vivemos processo idêntico sem se saber ainda se será possivel promover a realização dos desfiles habituais. No entanto na Associação 25 de Abril, a Comissão Promotora, procura alternativas e aquelas que foram consideradas serão colocadas à consideração de todos para que em conjunto e em todo o país possamos celebrar com a dignidade e a intensidade possível esta a data tão gloriosa para o Povo Português.

Pela nossa parte, CPCCRD, defendemos que é possivel comemorar o 25 de Abril na rua, em desfile, com todas as regras de segurança (distanciamento e higiene).

Mais que nunca há que celebrar Abril!

O MEU 25 DE ABRIL

Victor Carapinha
Vogal da Direção da Confederação das Colectividades

Por volta das oito da manhã, entra na caserna um camarada de armas e grita:

— Carapinha, há uma revolução em Lisboa!
— Uma revolução? perguntei, espantado. – Que raio de coisa é essa?

Na altura estava a prestar serviço militar na Escola de Comunicações da Armada, e foi para lá que me dirigi, intrigado e confuso, perante um cenário que, na minha imaginação, só existia nos livros de aventuras e em que os revolucionários eram os maus da história.

Chegado à escola, constatei que algo de anormal se passava. Os alunos, eufóricos com a perspetiva de não haver aulas. Os professores e graduados, apreensivos com um cenário desconhecido e perturbador.

As opiniões sucediam-se a ritmo veloz. Enquanto uns davam largas à sua alegria por, finalmente, a liberdade estar na iminência de ser devolvida ao povo português, outros ficavam-se pelo cepticismo, não acreditando no sucesso que efectivamente o movimento veio a ter. Curiosa foi também a posição de um oficial de carreira, para quem os revoltosos, de manhã, não passarem de «um bando de rapazolas» e ao final da tarde já eram «os nossos valorosos rapazes». Foi, no próprio dia 25 de Abril, a primeira de muitas mudanças de camisola política a que tenho assistido.

Naquele dia, muitas acções de heroísmo foram praticadas e quase todas são do conhecimento público. Porém, outras houve que passaram despercebidas e são tão ou mais importantes que aquelas. Refiro-me, por exemplo, ao acto de desobediência militar de um oficial superior, a bordo de um navio operacional da Marinha de Guerra Portuguesa, que se recusou a disparar as peças de artilharia sobre a população concentrada no Terreiro do Paço. Com esse gesto evitou a morte de um número indeterminado de civis e militares, pela destruição e pânico em terra, e pelo afundamento do próprio navio, a partir das armas pesadas que o movimento revolucionário tinha instalado em locais estratégicos, e com a mira apontada à fragata.

Na manhã do dia seguinte entrei na sede da polícia fascista para a ocupar e poucos dias depois fui destacado para o apoio à Comissão de Extinção da PIDE-DGS, lá permanecendo até final do ano e, daquilo que pude ler e observar na época, acredito que os relatos das vítimas e das testemunhas nunca serão suficientes para que se conheçam todas as atrocidades e crimes que aquela organização cometeu, a última das quais corporizada na morte de quatro pessoas, cobardemente assassinadas quando participavam numa manifestação na Rua António Maria Cardoso, por disparos aleatórios contra a multidão, já depois de garantida a rendição do governo de Marcelo Caetano.

Na altura não sabia mas vim a saber mais tarde que aquela iniciativa militar foi o culminar de dezenas de anos de resistência e luta contra o fascismo, entendendo-se este como um regime de repressão e exploração. Que cometeu crimes imperdoáveis contra o povo português e os povos das colónias.

Vivíamos então numa sociedade fortemente vigiada, marcada pelo obscurantismo e pelo condicionamento da vida cultural, em que os mais elementares direitos eram negados e a censura impedia que a informação chegasse aos portugueses.

Hoje, podemos exigir os nossos direitos. Podemos eleger e ser eleitos pelo povo para os órgãos de poder político e autárquico.

Hoje, temos liberdade de imprensa, de expressão, de reunião e de associação. Temos direito à saúde, à educação, ao ensino e à segurança social. As mulheres têm os mesmos direitos que os homens e os jovens com 18 anos podem votar. O trabalho, o salário mínimo nacional, as pensões e reformas, os subsídios de férias e de Natal. Tudo isto, e mais, foi conquistado com o 25 de Abril.

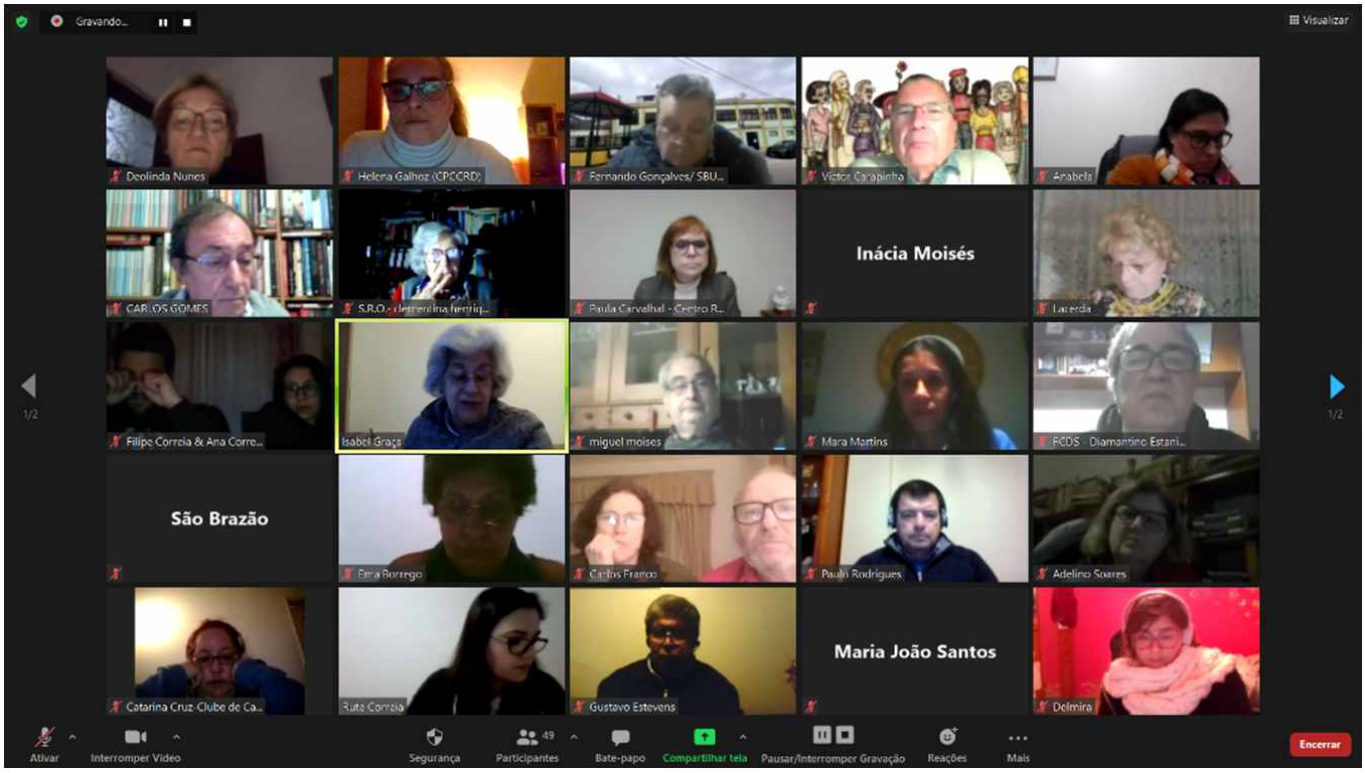
Lembro, com emoção, aquele já distante dia em que o povo saiu à rua, gritando de alegria e apoiando entusiasticamente o movimento militar. Aquele foi o dia em que, com a farda vestida, mais orgulho senti em ser português. Se o povo não tivesse apoiado não teria havido revolução e não estaríamos agora a festejar a vitória da liberdade e da democracia. Por isso, em última análise, ser contra o 25 de Abril é ser contra o povo.

Compete a todos nós, homens e mulheres, novos e velhos, lutar para que não nos roubem a esperança por um futuro de Portugal com efectiva democracia política, económica, social e cultural.

Viva o 25 de Abril

8 MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER

MULHER DIRIGENTE ASSOCIATIVA, UM DESAFIO SUPERADO?



A CPCCRD comemorou no dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, com uma conferência dedicada às Mulheres Dirigentes Associativas, onde foi debatida a importância do seu papel e da sua contribuição.

Com 48 participantes e 3 oradoras convidadas, respetivamente: **Mara Martins** – Sociedade Filarmónica Incrível Almadense; **Rute Correia Azevedo** - Clube Recreativo Delgadense/Bombarral; **Paula Carvalhal** - Centro Recreativo de Mafamude/Vila Nova de Gaia.

Nesta conferência estas 3 Mulheres Dirigentes Associativas, contaram-nos a sua experiência, dificuldades, êxitos e vitórias nesta caminhada de liderança no Movimento Associativo Popular.

Reconhecemos que ser Dirigente Associativa é uma vitória do 25 de Abril. Até esta data, salvo honrosas exceções, todas as Mulheres tinham de ser autorizadas pelos pais ou pelos maridos, para se associar nas Colectividades. Hoje, em cooperação com os homens, provamos, todos os dias, as nossas capacidades em sermos dirigentes associativas, em qualquer cargo de Direcção, Conselho Fiscal ou Mesa da Assembleia Geral.

Queremos ser Mulheres de corpo inteiro, agentes de mudança da sociedade, ter condições de vida, família e trabalho que nos permitam ser Dirigentes Associativas, pois estamos prontas para o fazer com toda a alegria e liberdade.

Respondendo à questão do título da Conferência:
Sim, ser Mulher Dirigente Associativa
é um desafio superado!

INFORMAÇÕES ÚTEIS

CALENDÁRIO FISCAL

Até 10 abril	Entrega da Declaração Mensal de Remunerações.
Até 20 abril	Entrega das importâncias retidas no mês anterior de IRS, IRC e Imposto Selo.
Até 20 abril	Pagamento Segurança Social.
Até ao final do mês	Pagamento do IUC, relativo a veículos cujo aniversário da matrícula ocorra em abril.

Não esquecer as seguintes datas relativamente a IRS:

De 1 de abril a 30 junho Entrega da declaração Modelo 3 do IRS.

CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO DE QUOTIZAÇÃO

A CAMINHO DO CONGRESSO DE 2022

A vontade inesgotável de crescer, unir e reforçar o apoio ao Movimento Associativo, levou-nos a lançar uma Campanha para Recuperação e Regularização da Quotização em atraso, reforçando princípios estatutários e a solidariedade de toda a nossa estrutura. Apesar do ano atípico de 2020 e possivelmente parte de 2021, a Confederação não deixou nem deixará de prestar toda a informação, serviços, projectos e apoios às filiadas.

O ano 2022 será determinante na vida da nossa estrutura associativa nacional. Será ano de Congresso Eleitoral, possível revisão estatutária e início do mandato em que se celebrará o centenário da Confederação. Por essa razão, o ano 2021 é determinante para a regularização da situação de todas as filiadas que desejem participar no Congresso.

Analisada a tendência de pagamento das Quotas, verifica-se que cerca de 20% das filiadas o fazem com regularidade. As restantes 80%, variam entre dividas com 3 anos até 12 anos. A Campanha que agora se propõe, tem por objectivo regularizar 50% das filiadas. O período estudado e sobre o qual incide a Campanha é de 5 anos (2017/2021).

Nesse sentido:

As Filiadas que pagarem a quotização até ao final do ano de 2020, ao pagarem 2021 até 31 de Maio (Dia Nacional das Colectividades), ficarão com um crédito de 10€ para 2022;

As filiadas com 5 ou mais anos de atraso, poderão regularizar a situação pagando 202,50€ em lugar dos 280€;

O pagamento previsto no ponto 2, poderá ser feito de uma única vez ou através de um Plano de Pagamentos até 3 vezes. Se optar pelo Plano de Pagamentos, terá que ser através da emissão de 3 cheques pré-datados ou 3 ordens de Débito directo bancário;

As situações de dívida de 4, 3, 2 ou 1 ano, podem apresentar Planos de Pagamento até 2 vezes;

Esta Resolução, anula todas as anteriores, e entra em vigor com o Orçamento 2021, ou seja, a 1 de Janeiro de 2021.

A Vice-tesoureira
Ana Miranda

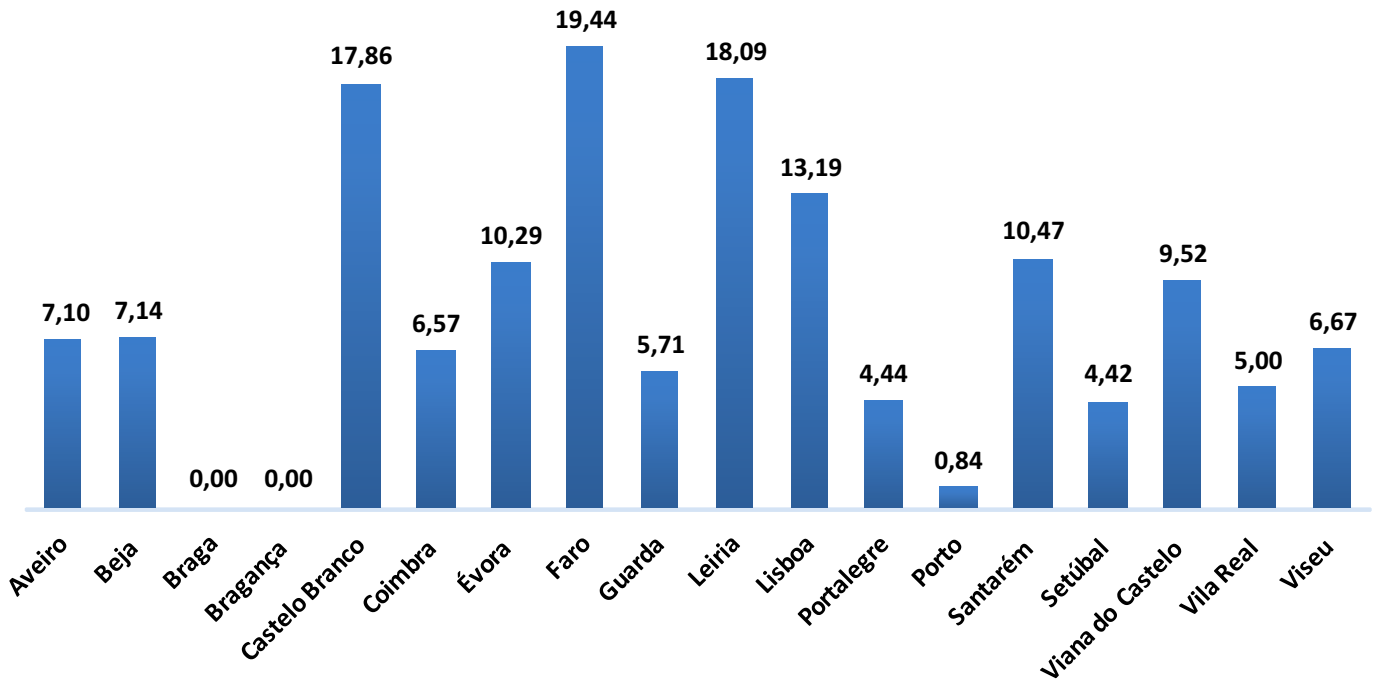
Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

· Transferência bancária via Montepio Geral: **IBAN- PT50003601859910000106379**

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email **geral@cpccrd.pt**.

PERCENTAGEM DE QUOTAS PAGAS

POR DISTRITO - 31 Março 2021



/// NOVAS ASSOCIADAS APROVADAS

N.º	NOME	LOCAL
4127	LETRAS E MELODIAS-ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA	VALONGO
4128	CEPAE-CENTRO DO PATRIMONIO DA ESTREMADURA	BATALHA
4129	ASSOCIAÇÃO DANSTEP	SEIXAL
4130	GRUPO RECREATIVO DESPORTIVO LEÇA	MATOSINHOS
4131	CASA DO PESSOAL DA CMA/SMAS	ALMADA
4132	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PINHAL DO GENERAL	SEIXAL
4133	"A SACAVENENSE " COOPERATIVA DE CONSUMO, CRL	LOURES
4134	ADMS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MAIS SURF	FIGUEIRA DA FOZ
4135	GRUPO CORAL ALENTEJANO CANTADEIRAS DO BARREIRO	BARREIRO
4136	AARST-ASSOCIAÇÃO ANGOLANA RESIDENTES A SUL DO TEJO	BARREIRO

FOLHA INFORMATIVA: Propriedade CPCCRD - Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 · 916 841 315 | Fax: 218 882 866
• e-mail: geral@cpccrd.pt • www.facebook.com/confederacao.colectividades • www.confederacaoportuguesacolectividades.blogspot.com •
www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.